

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	8
DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	18
DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	19
Demonstração do Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	21
Notas Explicativas	29

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	79
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	696.715
Preferenciais	0
Total	696.715
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	25/04/2014	Dividendo	28/04/2014	Ordinária		0,03588
Reunião do Conselho de Administração	25/04/2014	Dividendo	28/04/2014	Ordinária		0,15501
Reunião do Conselho de Administração	09/05/2014	Dividendo	12/05/2014	Ordinária		0,00230
Reunião do Conselho de Administração	09/05/2014	Dividendo	12/05/2014	Ordinária		0,04921
Reunião do Conselho de Administração	02/06/2014	Dividendo	02/06/2014	Ordinária		0,01435
Reunião do Conselho de Administração	26/06/2014	Dividendo	27/06/2014	Ordinária		0,01149

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	1.706.770	1.659.569
1.01	Ativo Circulante	499.388	364.882
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	296.676	320.520
1.01.01.01	Caixa e Bancos	296.676	320.520
1.01.06	Tributos a Recuperar	11.773	14.523
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	11.773	14.523
1.01.07	Despesas Antecipadas	27	25
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	190.912	29.814
1.01.08.03	Outros	190.912	29.814
1.01.08.03.01	Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	10.746	16.303
1.01.08.03.02	Partes relacionadas - clientes	179.173	12.741
1.01.08.03.03	Outros créditos	993	770
1.02	Ativo Não Circulante	1.207.382	1.294.687
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.624	90.549
1.02.01.06	Tributos Diferidos	1.595	3.151
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	29	14
1.02.01.07.01	Depositos Judiciais	29	14
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	0	87.384
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	0	87.384
1.02.02	Investimentos	1.159.063	1.161.822
1.02.02.01	Participações Societárias	1.159.063	1.161.822
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.159.063	1.161.822
1.02.03	Imobilizado	28.799	25.583
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	28.799	25.583
1.02.04	Intangível	17.896	16.733
1.02.04.01	Intangíveis	17.896	16.733

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	1.706.770	1.659.569
2.01	Passivo Circulante	46.069	30.678
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	14.660	11.722
2.01.01.01	Obrigações Sociais	14.660	11.722
2.01.02	Fornecedores	3.202	5.768
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.202	5.768
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.455	1.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.455	1.000
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições a recolher	1.455	1.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	25.090	9.248
2.01.04.02	Debêntures	25.090	9.248
2.01.05	Outras Obrigações	1.662	2.940
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	297	126
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	188	126
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	109	0
2.01.05.02	Outros	1.365	2.814
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	26	26
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	1.339	2.788
2.02	Passivo Não Circulante	853.034	825.411
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	852.916	825.316
2.02.01.02	Debêntures	852.916	825.316
2.02.04	Provisões	118	95
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	118	95
2.03	Patrimônio Líquido	807.667	803.480
2.03.01	Capital Social Realizado	696.715	696.715
2.03.02	Reservas de Capital	1.985	1.313
2.03.02.04	Opções Outorgadas	1.985	1.313
2.03.04	Reservas de Lucros	78.843	105.452
2.03.04.01	Reserva Legal	78.843	78.843
2.03.04.10	Reservas de dividendos	0	26.609
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	30.124	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	49.108	86.919	27.987	55.961
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-31.609	-54.172	-19.025	-36.380
3.03	Resultado Bruto	17.499	32.747	8.962	19.581
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	82.229	198.792	110.113	236.423
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.292	-2.583	-1.193	-2.386
3.04.02.01	Amortização de ágio de investimentos	-1.292	-2.583	-1.193	-2.386
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1	1	1	3
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	1	0	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	83.519	201.374	111.305	238.806
3.04.06.01	Equivalência Patrimonial	74.680	183.794	100.396	217.108
3.04.06.02	Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	8.839	17.580	10.909	21.698
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	99.728	231.539	119.075	256.004
3.06	Resultado Financeiro	-17.662	-36.011	-18.603	-41.467
3.06.01	Receitas Financeiras	10.554	21.690	5.428	7.877
3.06.02	Despesas Financeiras	-28.216	-57.701	-24.031	-49.344
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	82.066	195.528	100.472	214.537
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-3.095	-5.106	-2	-33
3.08.01	Corrente	-2.154	-3.550	0	18
3.08.02	Diferido	-941	-1.556	-2	-51
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	78.971	190.422	100.470	214.504
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	78.971	190.422	100.470	214.504
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,11335	0,27331	0,14420	0,30788

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	78.971	190.422	100.470	214.504
4.03	Resultado Abrangente do Período	78.971	190.422	100.470	214.504

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-23.199	24.402
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	49.721	25.222
6.01.01.01	Lucro Líquido	190.422	214.504
6.01.01.02	Depreciação e amortização	4.813	3.923
6.01.01.03	Amortização e ágio em investimentos	2.583	2.386
6.01.01.04	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	56.037	47.171
6.01.01.05	Tributos diferidos	1.556	35
6.01.01.06	Juros sobre Contrato de Mútuo	-4.854	-4.154
6.01.01.07	Resultado de equivalência patrimonial	-201.374	-238.806
6.01.01.08	Baixa de bens do ativo imobilizado e intangível	162	1
6.01.01.09	Plano de opções com base em ações	368	162
6.01.01.10	Constituição de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	18	0
6.01.01.11	Atualização monetária de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	5	0
6.01.01.12	Constituição dos depósitos judiciais	-14	0
6.01.01.13	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-1	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-72.920	-820
6.01.02.01	Tributos a recuperar	2.750	497
6.01.02.02	Outros créditos e despesas antecipadas	-225	-214
6.01.02.03	Fornecedores	-2.566	-1.805
6.01.02.04	Obrigações sociais	2.938	166
6.01.02.05	Impostos, taxas e contribuições a recolher	455	598
6.01.02.06	Outras contas a pagar	-1.449	-62
6.01.02.09	Partes relacionadas	-74.823	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	198.857	544.070
6.02.01	Aquisição de Imobilizado e intangível	-9.354	-5.722
6.02.02	Partes relacionadas - fornecedores	0	711
6.02.03	Dividendos recebidos	207.411	526.064
6.02.04	Transações com partes relacionadas - Mutuo	800	23.167
6.02.05	Investimento em Controladas	0	-150
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-199.502	-205.673
6.03.01	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-186.907	-196.118
6.03.03	Juros Pagos	-12.595	-9.555
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-23.844	362.799
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	320.520	8.306
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	296.676	371.105

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	696.715	1.313	105.452	0	0	803.480
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	696.715	1.313	105.452	0	0	803.480
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	672	-26.609	-160.298	0	-186.235
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	672	0	0	0	672
5.04.06	Dividendos	0	0	-26.609	-160.298	0	-186.907
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	190.422	0	190.422
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	190.422	0	190.422
5.07	Saldos Finais	696.715	1.985	78.843	30.124	0	807.667

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	696.715	433	78.967	0	0	776.115
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	696.715	433	78.967	0	0	776.115
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	162	-22.255	-174.799	0	-196.892
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	162	0	0	0	162
5.04.06	Dividendos	0	0	-22.255	-156.118	0	-178.373
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-18.681	0	-18.681
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	214.504	0	214.504
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	214.504	0	214.504
5.07	Saldos Finais	696.715	595	56.712	39.705	0	793.727

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
7.01	Receitas	98.064	63.038
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	98.064	63.038
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-10.284	-7.502
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-10.284	-7.502
7.03	Valor Adicionado Bruto	87.780	55.536
7.04	Retenções	-7.396	-6.309
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-4.813	-3.923
7.04.02	Outras	-2.583	-2.386
7.04.02.01	Amortização de Investimentos	-2.583	-2.386
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	80.384	49.227
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	223.064	246.683
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	201.374	238.806
7.06.02	Receitas Financeiras	21.690	7.877
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	303.448	295.910
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	303.448	295.910
7.08.01	Pessoal	37.804	23.821
7.08.01.01	Remuneração Direta	32.631	20.484
7.08.01.02	Benefícios	3.570	2.204
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.603	1.133
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	16.251	7.110
7.08.02.01	Federais	14.433	5.865
7.08.02.03	Municipais	1.818	1.245
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	58.971	50.475
7.08.03.01	Juros	29.035	24.434
7.08.03.02	Aluguéis	1.270	1.131
7.08.03.03	Outras	28.666	24.910
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	190.422	214.504
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	18.681
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	190.422	195.823

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	4.145.559	4.049.830
1.01	Ativo Circulante	860.319	921.800
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	627.138	708.896
1.01.01.01	Caixa e Bancos	627.138	708.896
1.01.03	Contas a Receber	96.391	104.852
1.01.03.01	Clientes	96.391	104.852
1.01.06	Tributos a Recuperar	20.337	15.832
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	20.337	15.832
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.396	5.094
1.01.07.01	Prêmios e Seguros a Apropriar	2.396	5.094
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	114.057	87.126
1.01.08.03	Outros	114.057	87.126
1.01.08.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	90.241	70.740
1.01.08.03.03	Outros créditos	14.350	14.512
1.01.08.03.04	Partes relacionadas	9.466	1.874
1.02	Ativo Não Circulante	3.285.240	3.128.030
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	146.565	155.463
1.02.01.06	Tributos Diferidos	129.547	129.905
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	129.547	129.905
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	265	290
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	16.753	25.268
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	16.753	15.075
1.02.01.09.04	Títulos e Valores Mobiliários	0	10.193
1.02.03	Imobilizado	134.519	137.071
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	134.519	137.071
1.02.04	Intangível	3.004.156	2.835.496
1.02.04.01	Intangíveis	3.004.156	2.835.496

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	4.145.559	4.049.830
2.01	Passivo Circulante	607.443	644.314
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	29.256	26.896
2.01.01.01	Obrigações Sociais	29.256	26.896
2.01.02	Fornecedores	39.995	57.509
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	39.995	57.509
2.01.03	Obrigações Fiscais	18.257	20.807
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	18.257	20.807
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	18.257	20.615
2.01.03.01.03	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	0	192
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	370.281	412.047
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	251.119	242.144
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	251.119	242.144
2.01.04.02	Debêntures	119.162	169.903
2.01.05	Outras Obrigações	78.800	54.800
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	26.126	3.316
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	44	39
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	26.082	3.277
2.01.05.02	Outros	52.674	51.484
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	26	26
2.01.05.02.04	Obrigações com o poder concedente	18.539	18.888
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	34.109	32.570
2.01.06	Provisões	70.854	72.255
2.01.06.02	Outras Provisões	70.854	72.255
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção	39.692	49.932
2.01.06.02.05	Provisão para construção de obras futuras	9.519	9.519
2.01.06.02.06	Provisão para imposto de renda e contribuição social	21.643	12.804
2.02	Passivo Não Circulante	2.725.045	2.598.725
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.402.265	2.310.625
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	215.562	201.065
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	215.562	201.065
2.02.01.02	Debêntures	2.186.703	2.109.560
2.02.02	Outras Obrigações	40.524	55.827
2.02.02.02	Outros	40.524	55.827
2.02.02.02.03	Outras contas a pagar	2.597	12.671
2.02.02.02.04	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	0	559
2.02.02.02.05	Obrigações com o poder concedente	37.927	42.597
2.02.03	Tributos Diferidos	38.025	36.683
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	38.025	36.683
2.02.04	Provisões	244.231	195.590
2.02.04.02	Outras Provisões	244.231	195.590
2.02.04.02.05	Provisões para perda tributárias, trabalhistas e cíveis	73.200	65.206
2.02.04.02.06	Provisões para manutenção	168.721	128.116
2.02.04.02.07	Provisões para construção de obras futuras	2.310	2.268
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	813.071	806.791
2.03.01	Capital Social Realizado	696.715	696.715

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.03.02	Reservas de Capital	1.985	1.313
2.03.04	Reservas de Lucros	78.843	105.452
2.03.04.01	Reserva Legal	78.843	78.843
2.03.04.10	Reserva de dividendos	0	26.609
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	30.124	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	5.404	3.311

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	577.186	1.095.835	508.799	949.828
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-359.234	-596.228	-273.063	-460.638
3.03	Resultado Bruto	217.952	499.607	235.736	489.190
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-17.107	-39.937	-17.363	-35.613
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-17.087	-39.897	-17.358	-35.593
3.04.02.01	Amortização de ágio de investimentos	0	0	-73	-147
3.04.02.02	Despesas operacionais, gerais e administrativas	-17.087	-39.897	-17.285	-35.446
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-20	-40	-5	-20
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	200.845	459.670	218.373	453.577
3.06	Resultado Financeiro	-75.583	-160.431	-63.580	-122.699
3.06.01	Receitas Financeiras	20.159	40.666	18.095	21.923
3.06.02	Despesas Financeiras	-95.742	-201.097	-81.675	-144.622
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	125.262	299.239	154.793	330.878
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-44.413	-105.530	-52.192	-112.815
3.08.01	Corrente	-46.921	-103.830	-50.203	-104.929
3.08.02	Diferido	2.508	-1.700	-1.989	-7.886
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	80.849	193.709	102.601	218.063
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	80.849	193.709	102.601	218.063
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	78.971	190.422	100.470	214.504
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.878	3.287	2.131	3.559
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,11335	0,27331	0,14420	0,30788

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	80.849	193.709	102.601	218.063
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	80.849	193.709	102.601	218.063
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	78.971	190.422	100.470	214.504
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.878	3.287	2.131	3.559

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	529.867	450.206
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	556.943	498.958
6.01.01.01	Lucro Líquido	193.709	218.063
6.01.01.02	Depreciação e amortização	113.204	83.257
6.01.01.03	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	180.484	127.441
6.01.01.04	Variação monetária com o Poder Concedente	3.859	3.636
6.01.01.05	Receita sobre títulos e valores mobiliários	-5.636	-2.294
6.01.01.06	Baixa do ativo imobilizado e intangível	437	11.296
6.01.01.07	Constituição de provisão para manutenção e construção de obras futuras	50.768	39.660
6.01.01.08	Atualização monetária sobre provisão para manutenção e construção de obras futuras	8.727	8.228
6.01.01.09	Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	499	0
6.01.01.10	Plano de opções com base em ações	672	162
6.01.01.11	Tributos diferidos	1.700	7.693
6.01.01.12	Capitalização de juros	-136	0
6.01.01.13	Constituição de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	8.951	1.851
6.01.01.14	Atualização monetária de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	1.644	1.373
6.01.01.15	Constituição dos depósitos judiciais	-1.170	-949
6.01.01.16	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-769	-459
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-27.076	-48.752
6.01.02.01	Clientes	7.962	-247
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-4.505	-3.411
6.01.02.03	Despesas antecipadas	2.723	-1.837
6.01.02.04	Outros créditos	162	7.580
6.01.02.05	Fornecedores	-17.514	63
6.01.02.06	Obrigações sociais e trabalhistas	2.360	-60
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-2.358	-254
6.01.02.08	Outras contas a pagar	-8.535	-5.754
6.01.02.09	Imposto de renda e contribuição social	8.839	3.416
6.01.02.10	Partes relacionadas	15.218	0
6.01.02.11	Pagamento dos depósitos judiciais	261	1.248
6.01.02.12	Pagamento de perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-2.601	-3.657
6.01.02.13	Pagamento de manutenção e construção de obras	-29.088	-45.839
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-280.807	-225.780
6.02.01	Aquisição de imobilizado e intangível	-279.613	-229.714
6.02.02	Passivos com partes relacionadas	0	6.343
6.02.04	Acionistas não controladores	-1.194	-2.409
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-330.818	613.352
6.03.01	Títulos e valores mobiliários	-3.672	-4.022
6.03.02	Credor pela concessão	-8.878	-7.461
6.03.03	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures - terceiros	32.058	946.883

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
6.03.04	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures - terceiros	-58.220	-66.234
6.03.05	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	-751	-66
6.03.06	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-186.907	-196.118
6.03.07	Juros pagos	-104.448	-59.630
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-81.758	837.778
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	708.896	68.126
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	627.138	905.904

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	696.715	1.313	105.452	0	0	803.480	3.311	806.791
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	696.715	1.313	105.452	0	0	803.480	3.311	806.791
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	672	-26.609	-160.298	0	-186.235	-1.194	-187.429
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	672	0	0	0	672	0	672
5.04.06	Dividendos	0	0	-26.609	-160.298	0	-186.907	-1.194	-188.101
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	190.422	0	190.422	3.287	193.709
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	190.422	0	190.422	3.287	193.709
5.07	Saldos Finais	696.715	1.985	78.843	30.124	0	807.667	5.404	813.071

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	696.715	433	78.967	0	0	776.115	3.205	779.320
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	696.715	433	78.967	0	0	776.115	3.205	779.320
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	162	-22.255	-174.799	0	-196.892	-2.409	-199.301
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	162	0	0	0	162	0	162
5.04.06	Dividendos	0	0	-22.255	-156.118	0	-178.373	0	-178.373
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-18.681	0	-18.681	0	-18.681
5.04.10	Efeito de participação de acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	-2.409	-2.409
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	214.504	0	214.504	3.559	218.063
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	214.504	0	214.504	3.559	218.063
5.07	Saldos Finais	696.715	595	56.712	39.705	0	793.727	4.355	798.082

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
7.01	Receitas	1.184.736	1.029.211
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	872.976	812.515
7.01.02	Outras Receitas	42.600	28.412
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	269.160	188.284
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-428.365	-337.446
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-409.887	-320.841
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-18.478	-16.605
7.03	Valor Adicionado Bruto	756.371	691.765
7.04	Retenções	-113.204	-83.404
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-113.204	-83.257
7.04.02	Outras	0	-147
7.04.02.01	Amortização de Investimentos	0	-147
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	643.167	608.361
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	40.666	21.923
7.06.02	Receitas Financeiras	40.666	21.923
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	683.833	630.284
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	683.833	630.284
7.08.01	Pessoal	88.420	70.053
7.08.01.01	Remuneração Direta	71.935	56.790
7.08.01.02	Benefícios	13.124	10.433
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.361	2.830
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	194.425	192.198
7.08.02.01	Federais	147.778	149.354
7.08.02.03	Municipais	46.647	42.844
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	207.279	149.970
7.08.03.01	Juros	91.737	73.335
7.08.03.02	Aluguéis	6.182	5.348
7.08.03.03	Outras	109.360	71.287
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	193.709	218.063
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	18.681
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	190.422	195.823
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	3.287	3.559

Comentário do Desempenho

EcoRodovias Concessões anuncia resultados do 2T14 e 1S14: Receita líquida cresce 13,4% no 2T14

São Bernardo do Campo, 07 de agosto de 2013 – EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. anuncia seus resultados referentes ao segundo trimestre de 2014 (2T14) e primeiro semestre de 2014 (1S14). As informações financeiras e operacionais são apresentadas de acordo com –as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, bem como as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros – IFRS e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao segundo trimestre de 2013 (2T13) e primeiro semestre de 2013 (1S13).

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

- O volume de tráfego consolidado no 2T14 foi de 55.555 mil veículos equivalentes pagantes um crescimento de 4,2%.
- O EBITDA, no 2T14, foi de R\$ 257,7 milhões (margem EBITDA de 44,6%).
- O lucro líquido foi de R\$ 79,0 milhões no 2T14.

Destaques (em milhões de R\$)	2T14	2T13	Var.	1S14	1S13	Var.
Volume de tráfego (em milhares de veículos equivalentes pagantes)	55.555	53.329	4,2%	113.942	105.954	7,5%
Tarifa média ¹	7,50	7,57	-0,9%	7,66	7,67	-0,1%
Receita líquida	577,2	508,8	13,4%	1.095,8	949,8	15,4%
Lucro líquido	79,0	100,5	-21,4%	190,4	214,5	-11,2%
EBITDA ²	257,7	260,5	-1,1%	572,9	537,0	6,7%
Margem EBITDA	44,6%	51,2%	-6,6 p.p.	52,3%	56,5%	-4,2 p.p.
Capex	174,1	156,3	11,4%	309,5	275,6	12,3%

¹ em Reais

² EBITDA = Lucro Líquido + IRPJ/CSLL + Despesas Financeiras Líquidas + Depreciação/Amortização

Comentário do Desempenho

COMPANHIA

A Companhia foi constituída em 16 de maio de 2007, com o objetivo de ser a subholding controladora dos negócios de concessão rodoviária do Grupo EcoRodovias. A principal atividade da Companhia é a exploração de concessões de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de operação de estradas de rodagem.

Atualmente, por meio de suas concessionárias Ecovias dos Imigrantes, Ecopistas, Ecovia Caminho do Mar, Ecocataratas e Ecosul, das quais detém 100% do capital social, exceto Ecosul com 90% do capital social, a Companhia administra rodovias nos principais corredores de importação e exportação brasileiros, detendo concessões com extensão total de 1.292,8 km de estradas de rodagem nos Estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, por onde passaram 110 milhões de veículos equivalentes pagantes no 1S14.

ANÁLISE DO RESULTADO

VOLUME DE TRÁFEGO

O volume de tráfego, em veículos equivalentes pagantes, teve crescimentos de 4,2% e 7,5% no 2T14 e 1S14, respectivamente, tendo como principal fator a exportação de grãos via portos para os veículos comerciais e as condições climáticas e feriados prolongados favoráveis para os veículos de passeio.

VOLUME DE TRÁFEGO (veículos equivalentes pagantes x mil)	2T14	2T13	Var.	1S14	1S13	Var.
Comercial						
Ecovias dos Imigrantes	7.161	7.114	0,7%	14.495	13.483	7,5%
Ecopistas	7.816	7.322	6,7%	15.705	14.027	12,0%
Ecovia Caminho do Mar	3.008	3.101	-3,0%	5.928	5.650	4,9%
Ecocataratas	4.457	4.333	2,9%	9.150	8.536	7,2%
Ecosul Rodovias do Sul	6.383	6.505	-1,9%	11.164	10.389	7,5%
Total	28.825	28.375	1,6%	56.442	52.085	8,4%
Passeio						
Ecovias dos Imigrantes	7.365	7.076	4,1%	16.783	15.789	6,3%
Ecopistas	14.131	13.288	6,3%	29.188	27.504	6,1%

Comentário do Desempenho

Ecovia Caminho do Mar	964	812	18,7%	2.518	2.228	13,0%
Ecocataratas	2.531	2.306	9,8%	5.338	5.130	4,1%
Ecosul Rodovias do Sul	1.739	1.471	18,2%	3.673	3.218	14,1%
Total	26.730	24.953	7,1%	57.500	53.869	6,7%
Comercial + Passeio						
Ecovias dos Imigrantes	14.526	14.190	2,4%	31.278	29.272	6,9%
Ecopistas	21.947	20.610	6,5%	44.893	41.531	8,1%
Ecovia Caminho do Mar	3.972	3.913	1,5%	8.446	7.878	7,2%
Ecocataratas	6.988	6.639	5,3%	14.488	13.666	6,0%
Ecosul Rodovias do Sul	8.122	7.976	1,8%	14.837	13.607	9,0%
VOLUME DE TRÁFEGO CONSOLIDADO	55.555	53.329	4,2%	113.942	105.954	7,5%

Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

TARIFA MÉDIA

Tarifa Média (em R\$ / veículos equivalentes pagantes)	2T14	2T13	Var.	2S14	2S13	Var.
Ecovias dos Imigrantes	13,04	13,30	-2,0%	13,18	13,38	-1,5%
Ecopistas	2,58	2,58	0,0%	2,58	2,58	0,0%
Ecovia Caminho do Mar	13,60	12,80	6,3%	13,74	12,97	5,9%
Ecocataratas	9,18	8,38	9,5%	9,17	8,40	9,2%
Ecosul	6,46	7,00	-7,7%	6,46	7,10	-9,0%
Consolidado	7,50	7,57	-0,9%	7,66	7,67	-0,1%

Nota: o cálculo da Tarifa Média Consolidada é realizado através da média ponderada das tarifas médias de cada concessionária.

Os reajustes contratuais das tarifas básicas foram de: 5,7% na Ecovia Caminho do Mar e 9,7% na Ecocataratas, em dezembro de 2013.

Em dezembro de 2013, foram publicadas no Diário Oficial da União duas Resoluções da Agência Nacional de Transporte Terrestres (ANTT) referentes a 10ª Revisão Ordinária, a 6ª Revisão Extraordinária e o Reajuste das Tarifas Básicas de pedágio do complexo rodoviário administrado pela Ecosul. Com estas resoluções, ocorreram reduções nas tarifas de pedágio para veículos de passeio em 22,2% e 4,2% para veículos comerciais, devolução de trechos não pedagiados totalizando 166,5 km de rodovias simples, incorporação de pista duplicada com extensão de 51,8 km e aumento gradativo do fator multiplicador de veículos pesados em relação aos veículos de passeio para 2 entre 2014 e 2016. As resoluções foram frutos de negociações entre Ecosul,

Comentário do Desempenho

Ministério dos Transportes e Agência Nacional de Transporte Terrestres (ANTT), visando maximizar a eficiência das operações rodoviárias no Polo de Pelotas.

Na Ecovias dos Imigrante e Ecopistas, o governo de Estado de São Paulo cancelou o reajuste previsto para julho de 2013 de 6,2% e 6,5%, respectivamente e anunciou medidas para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, que são (i) redução do ônus variável de 3,0% para 1,5%; (ii) abatimento de multas por penalização das concessionárias: quando houver atrasos nos investimentos; (iii) cobrança do eixo suspenso dos veículos comerciais e; (iv) alteração no ônus fixo. A Resolução SLT Nº, 4 de 22 de julho de 2013 autorizou a cobrança de eixo suspenso a partir de 28 de julho de 2013, onde são considerados, para fins de cobrança da tarifa de pedágio todos os eixos de veículos comerciais, inclusive os que não estejam em contato com a pista no momento da passagem do veículo pelo conjunto de sensores utilizados nas praças de pedágio. Desta forma, o volume de tráfego do 2T14 foi parcialmente influenciado pelos efeitos desta cobrança.

RECEITA BRUTA

A receita bruta consolidada totalizou R\$ 620,9 milhões no 2T14, crescimento de 13,4%, devido à evolução do tráfego e receita de construção superior em 38,9% no período.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	2T14	2T13	Var.	1S14	1S13	Var.
Receitas de Pedágio:	416,5	403,5	3,2%	872,9	812,5	7,4%
Ecovias dos Imigrantes	189,4	188,7	0,4%	412,3	391,6	5,3%
Ecopistas	56,6	53,3	6,2%	115,8	107,3	7,9%
Ecovia Caminho do Mar	54,0	50,1	7,8%	116,0	102,2	13,5%
Ecocataratas	64,1	55,6	15,3%	132,9	114,9	15,7%
Ecosul	52,4	55,8	-6,1%	95,9	96,5	-0,6%
Receitas Acessórias das Concessionárias	14,6	13,8	5,8%	28,8	26,9	7,1%
Receita de Construção ICPC-01	180,9	130,2	38,9%	269,2	188,3	43,0%
Receita de Serviços	8,9	0,7	1.171,4%	13,8	1,5	820,0%
Total	620,9	548,2	13,4%	1.184,7	1.029,2	15,1%

As receitas acessórias das concessionárias de rodovias são provenientes do monitoramento de cargas especiais, painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços de utilização e exploração da faixa de domínio das concessões rodoviárias.

Comentário do Desempenho

A receita de construção, conforme estabelecido pelo ICPC 01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) – Contratos de Concessão, foi de R\$ 180,9 milhões no 2T14. A Companhia não reconhece margem de lucro nesta receita (margem igual a zero), sendo o mesmo valor contabilizado na conta “Custo de Construção de Obras”.

A receita de serviços corresponde à prestação de serviços corporativos e exploração de outros serviços correlatos.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS GERAIS e ADMINISTRATIVAS

Os custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas consolidadas totalizaram R\$ 376,3 milhões no 2T14, com crescimento de 29,6%, devido, principalmente, ao aumento no custo de construção de obras e ampliação no escopo de serviços prestados pela EcoRodovias Concessões.

Custos operacionais e despesas administrativas						
(em milhões de R\$)	2T14	2T13	Var.	1S14	1S13	Var.
Pessoal	48,5	36,5	32,9%	88,4	70,1	26,1%
Conservação e manutenção	14,6	16,8	-13,1%	32,7	33,5	-2,4%
Serviços de terceiros	21,6	16,0	35,0%	37,0	30,2	22,5%
Seguros	2,1	2,6	-19,2%	5,0	5,1	-2,0%
Poder Concedente	6,1	9,7	-37,1%	12,2	19,5	-37,4%
Depreciação/Amortização	56,8	42,1	34,9%	113,2	83,3	35,9%
Provisão Manutenção ICPC 01	32,4	23,6	37,3%	50,8	39,7	28,0%
Custo de Construção de Obras ICPC 01	180,9	130,2	38,9%	269,2	188,3	43,0%
Locações e aluguéis	3,1	2,6	19,2%	6,2	5,3	17,0%
Outros	10,2	10,2	0,0%	21,4	21,1	1,4%
TOTAL	376,3	290,3	29,6%	636,1	496,1	28,2%

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de consultoria, serviços de limpeza, gerenciamento de riscos e vigilância.

EBITDA

O EBITDA totalizou R\$ 257,7 milhões no 2T14, queda de 1,1%. A margem EBITDA atingiu 44,7% no 2T14, redução de 6,5 pontos percentuais em relação ao 2T13.

Comentário do Desempenho

EBITDA						
(em milhões de R\$)						
	2T14	2T13	Var.	1S14	1S13	Var.
Lucro líquido	79,0	100,5	-21,4%	190,4	214,5	-11,2%
Imposto de renda e contribuição social	44,4	52,2	-14,89%	105,5	112,8	-6,5%
Resultado financeiro	75,6	63,6	18,9%	160,5	122,7	30,8%
Depreciação e amortização	56,8	42,1	34,9%	113,2	83,3	35,9%
Participação de minoritários	1,9	2,1	-9,5%	3,3	3,6	-8,3%
Amortização de investimentos	-	0,0	n.m	-	0,1	n.m
EBITDA	257,7	260,6	-1,1%	572,9	537,0	6,7%
Margem EBITDA	44,7%	51,2%	6,5 p.p.	52,3%	56,5%	-4,2 p.p

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido consolidado no 2T14 foi negativo em R\$ 75,6 milhões, com aumento de 19,1%.

Resultado financeiro						
(em milhões de R\$)						
	2T14	2T13	Var.	1S14	1S13	Var.
Juros sobre debêntures	(35,1)	(30,6)	14,7%	(70,8)	(58,5)	21,0%
Juros sobre Financiamentos	(10,8)	(8,5)	27,1%	(21,0)	(14,9)	40,9%
Variação monetária debêntures e financiamentos	(38,7)	(27,9)	38,7%	(84,2)	(47,0)	79,1%
Variação monetária sobre direito de outorga	(1,0)	(1,8)	-44,4%	(3,9)	(3,6)	8,3%
Receita sobre aplicação financeira	19,1	12,3	55,3%	38,8	15,5	150,3%
Ajuste a valor presente ICPC-01	(4,2)	(4,5)	-6,7%	(8,7)	(8,3)	4,8%
Outros efeitos financeiros	(4,9)	(2,6)	88,5%	(10,6)	(5,9)	79,7%
TOTAL	(75,6)	(63,5)	19,1%	(160,4)	(122,7)	30,7%

LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido apresentado totalizou R\$ 79,0 milhões no 2T14, que representa uma queda de 21,4% em relação aos R\$ 100,5 milhões do 2T13.

Comentário do Desempenho

ENDIVIDAMENTO

Em 30 de junho de 2014, a dívida líquida consolidada totalizou R\$ 2.055,3 milhões.

ENDIVIDAMENTO (em milhões de R\$)	30/06/2014	31/12/2013	Var.	Taxa	Moeda	Vencimento
Concessões Rodoviárias						
Debêntures 2º Emissão - EcoRodovias Conc. e Serv.	878,0	834,6	5,2%	CDI+0,79% a.a	R\$	outubro-2022
Debêntures 1º Emissão - Ecovias dos Imigrantes	53,4	95,9	-44,3%	IGP-M + 9,5% / 104,0%	R\$	novembro-2014
Debêntures 2º Emissão - Ecovias dos Imigrantes	930,4	915,8	1,6%	IPCA+ 3,8% / IPCA +	R\$	abril-2024
Debêntures 1º Emissão - Ecopistas	444,1	433,2	2,5%	IPCA+8,25% a.a.	R\$	outubro-2022
BNDES- Ecopistas	220,4	197,9	11,4%	TJLP+2,40% a.a	R\$	junho-2025
CCB - Ecovia Caminho do Mar	112,0	106,4	5,3%	108,4% do CDI	R\$	dezembro-2014
CCB - Ecosul	68,7	50,1	37,1%	CDI + 2,03% a.a.	R\$	outubro-2014
CCB - Ecosul	37,5	57,7	-35,0%	108,0% do CDI / 108,4%	R\$	dezembro-2014
Finame BNDES - Ecocataratas	26,5	29,7	-10,8%	TJLP + 2,30% a.a.	R\$	julho-2018
Outros	1,6	1,4	14,3%	-	R\$	outubro-2022
Dívida Total	2.772,6	2.722,7	1,8%			
Caixa e equivalentes de caixa	627,1	708,9	-11,5%			
Aplicação financeira vinculada	90,2	80,9	11,5%			
Dívida Líquida	2.055,3	1.932,9	6,3%			

(*) Inclui as aplicações financeiras vinculadas à liquidação das debêntures, registradas na rubrica "Títulos e valores mobiliários".

CAPEX

Os investimentos realizados no 2T14 totalizaram R\$ 174,1 milhões e são representados principalmente pelas obras relacionadas ao aditivo contratual na Ecovias dos Imigrantes e obras nas marginais da Ecopistas.

CAPEX (em milhões de R\$)	2T14			2T13			Var.
	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	TOTAL 2T14*2T13
Ecovias dos Imigrantes	96,7	5,5	102,2	49,7	10,6	60,4	69,2%
Ecopistas	33,4	-	33,4	45,1	-	45,1	-25,9%
Ecovia Caminho do Mar	13,9	(0,1)	13,8	3,3	8,4	11,7	17,9%
Ecocataratas	1,7	8,3	10,0	15,4	6,8	22,2	-55,0%
Ecosul	9,8	-	9,8	11,1	1,9	13,0	-24,5%
EcoRodovias Concessões	4,3	-	4,3	3,9	-	3,9	10,3%
CONSOLIDADO	159,8	13,7	173,5	128,5	27,8	156,3	11,0%

Comentário do Desempenho

CAPEX (em milhões de R\$)	1S14			1S13			Var.
	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	TOTAL 1S14*1S13
Ecovias dos Imigrantes	171,0	10,6	181,6	95,5	19,3	114,8	58,3%
Ecopistas	57,6	-	57,6	69,6	-	69,6	-17,2%
Ecovia Caminho do Mar	21,8	0,3	22,1	20,2	10,5	30,7	-28,0%
Ecocataratas	2,0	18,2	20,2	23,8	13,8	37,6	-46,3%
Ecosul	18,0	-	18,0	14,9	2,3	17,2	4,7%
EcoRodovias Concessões	9,4	-	9,4	5,7	-	5,7	64,9%
CONSOLIDADO	279,8	29,1	308,9	229,7	45,9	275,6	12,1%

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2014: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – “*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”. Os honorários relativos a esses trabalhos são de R\$ 46,8 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

Notas Explicativas

ITR - Informações Trimestrais

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

30 de junho de 2014

Notas Explicativas

1. Informações gerais

EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (“EcoRodovias Concessões” ou “Companhia”) tem por objetivo participar em outras Companhias, na qualidade de sócia ou acionista, além de prestar serviços: administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia dos Imigrantes (SP-160), km 28,5. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores.

As controladas diretas da Companhia estão sumariadas na Nota Explicativa nº 4.

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., para o semestre findo em 30 de junho de 2014 foram elaboradas sob responsabilidade da Administração, a qual autorizou sua conclusão, como também foram apreciadas e discutidas no Comitê de Auditoria, ambos em 05 de agosto de 2014.

2. Base de elaboração, apresentação das informações trimestrais e resumo das principais práticas contábeis

As informações contábeis intermediárias da Companhia compreendem:

- As informações trimestrais individuais elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, identificadas como “Individual - BR GAAP”, tais informações trimestrais divergem das IFRS na avaliação dos investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas, que foram mensuradas e registradas considerando-se o método da equivalência patrimonial e não pelo valor justo ou custo da aquisição como requerida pelas IFRSs.
- As informações trimestrais consolidadas elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, identificadas como “Consolidado - IFRS e BR GAAP”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações trimestrais e ao resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamentos não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas Notas Explicativas nºs 2 e 3 às demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2013”), publicadas no dia 19 de março de 2014 nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo, Diário de Notícias e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: www.cvm.gov.br, www.bmfbovespa.com.br e www.ecorodovias.com/ri.

Notas Explicativas

3. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013, não houve alterações significativas para essas informações trimestrais em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa 2.15 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013. Para os pronunciamento e interpretações contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014, conforme divulgado na Nota Explicativa 2.15 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013, não há impactos relevantes para a Companhia e subsidiárias.

4. Informações trimestrais consolidadas

As informações trimestrais consolidadas incluem a Companhia e suas controladas majoritariamente detidas e as participações em entidades nas quais a Companhia é detentora dos principais riscos e benefícios (mesmo quando a Companhia não detenha a maioria das ações com direito a voto).

A seguir estão apresentadas as participações nas controladas:

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	100%	100%
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	100%	100%
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	100%	100%
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	100%	100%
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL	90%	90%

As atividades das controladas são como segue:

a) Controladas diretas

- A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (“Ecovias dos Imigrantes”) iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objetivo social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.
- A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (“Ecopistas”), constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna-Carvalho Pinto.
- A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (“Ecovia Caminho do Mar” ou “Ecovia”) foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.
- A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (“Ecocataratas”), constituída em 3 de novembro de 1997, e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão do Lote 003 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.
- A Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL (“Ecosul”) foi constituída em 19 de janeiro de 1998, com início de suas operações em 1º de março de 2001. Tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, de determinados trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas.

Notas Explicativas

Os principais saldos das controladas incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas são conforme segue:

30/06/2014									
	Companhia	Ecopistas	Ecocataratas	Ecovias	Ecosul	Ecovia	Subtotal	Eliminações	Consolidado
Ativo									
Circulante	407.950	122.892	47.849	307.410	28.800	34.641	949.542	(89.223)	860.319
Não circulante	1.298.820	1.017.608	449.384	1.355.999	174.783	174.709	4.471.303	(1.186.063)	3.285.240
Total	1.706.770	1.140.500	497.233	1.663.409	203.583	209.350	5.420.845	(1.275.286)	4.145.559
Passivo e patrimônio líquido									
Circulante	46.069	215.466	51.801	194.772	128.965	151.032	788.105	(180.662)	607.443
Não circulante	853.034	640.385	116.600	1.085.931	20.582	8.513	2.725.045	-	2.725.045
Participações minoritárias	-	-	-	-	-	-	-	5.404	5.404
Patrimônio líquido	807.667	284.649	328.832	382.706	54.036	49.805	1.907.695	(1.100.028)	807.667
Total	1.706.770	1.140.500	497.233	1.663.409	203.583	209.350	5.420.845	(1.275.286)	4.145.559
Demonstração do resultado									
Receita líquida	86.919	166.127	125.115	572.399	103.859	125.882	1.180.301	(84.466)	1.095.835
Lucro bruto	32.747	52.424	52.217	258.942	64.089	71.480	531.899	(32.292)	499.607
Lucro operacional	195.528	(7.249)	32.784	173.552	49.816	56.182	500.613	(201.374)	299.239
Lucro do período	190.422	(4.878)	21.880	117.593	32.868	37.199	395.084	(204.662)	190.422
31/12/2013									
	Controladora	Ecopistas	Ecocataratas	Ecovias	Ecosul	Ecovia	Subtotal	Eliminações	Consolidado
Ativo									
Circulante	364.882	106.533	28.287	420.872	12.664	15.871	949.109	(27.309)	921.800
Não circulante	1.294.687	989.684	465.999	1.236.438	161.521	161.883	4.310.212	(1.182.182)	3.128.030
Total	1.659.569	1.096.217	494.286	1.657.310	174.185	177.754	5.259.321	(1.209.491)	4.049.830
Passivo e patrimônio líquido									
Circulante	30.678	99.994	58.107	222.092	123.688	137.063	671.622	(27.308)	644.314
Não circulante	825.411	706.728	94.859	1.033.224	17.391	8.495	2.686.108	(87.383)	2.598.725
Participação minoritários	-	-	-	-	-	-	-	3.311	3.311
Patrimônio líquido	803.480	289.495	341.320	401.994	33.106	32.196	1.901.591	(1.098.111)	803.480
Total	1.659.569	1.096.217	494.286	1.657.310	174.185	177.754	5.259.321	(1.209.491)	4.049.830
30/06/2013									
Demonstração do resultado									
Receita líquida	55.961	168.568	130.579	441.243	102.550	112.680	1.011.581	(61.753)	949.828
Lucro bruto	19.581	63.501	50.685	253.679	65.347	59.790	512.583	(23.393)	489.190
Lucro operacional	214.537	15.998	33.028	205.853	53.774	46.493	569.683	(238.805)	330.878
Lucro do período	214.504	12.090	24.826	138.996	35.592	30.860	456.868	(238.805)	218.063

Notas Explicativas

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Caixa e bancos	65	28	15.877	18.551
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento (a)	296.295	319.228	607.114	657.729
Certificado de Depósito Bancário - CDB (b)	316	1.264	4.147	32.616
	296.676	320.520	627.138	708.896

- (a) Fundo de investimento que se enquadra na categoria "renda-fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas por meio da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Para atingir seus objetivos, o Fundo deverá possuir no mínimo 80% da carteira em ativos relacionada diretamente ao seu principal fator de risco conservador, sendo composta basicamente por títulos públicos e papéis de instituições privadas. Os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

O Fundo não pode realizar operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

Em 30 de junho 2014, a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 47,57% em Certificado de Depósito Bancário - CDB, 42,68% em Operações Compromissadas, 8,21% em Letra Financeira - LF e 1,54% em títulos públicos federais.

As aplicações financeiras vinculadas são formadas por CDBs e fundos de investimentos, remunerados à taxa de 101,3% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) A Companhia possui aplicação financeira no Itaú Unibanco S.A., na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados à taxa de 20,0% do CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata. Em 30 de junho de 2014, o valor aplicado nessa modalidade é de R\$4.147 (R\$4.338 em 31 de dezembro de 2013).

6. Títulos e valores mobiliários - vinculados - consolidado

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários, representados por títulos de alta liquidez.

	30/06/2014	31/12/2013
Fundo de Investimento (a)	54.701	52.491
CDBs (a)	28.131	18.249
Poupança (b)	7.409	10.193
	90.241	80.933
Circulante	90.241	70.740
Não circulante	-	10.193

- a) Os Fundos de Investimentos e CDBs são remunerados à taxa média ponderada de 96,4% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - vinculados por estarem vinculadas ao processo de liquidação de remuneração das debêntures das controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas como garantia de recursos para pagamento de juros e principal (vide Nota Explicativa nº 18).
- b) Refere-se ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental que a controlada direta Ecopistas celebrou com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB e utilizará os recursos a título de compensação ambiental nas ações a serem definidas e deliberadas pela Câmara de Compensação Ambiental (CCA); os valores serão corrigidos pelo índice da poupança. Há um saldo de valor correspondente contabilizado no passivo não circulante referente à obrigação.

Notas Explicativas

7. Clientes - consolidado

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Pedágio eletrônico	86.486	95.737
Cupons de pedágio	4.969	4.843
Locações/arrendamento de área	2.463	1.855
Cargas especiais	242	193
Arrendamento fibra óptica/faixa de domínio	1.618	1.567
Painéis publicitários	223	91
Outras contas a receber	2.320	1.997
(-) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD (a)	<u>(1.930)</u>	<u>(1.431)</u>
	<u>96.391</u>	<u>104.852</u>

- (a) A política de contas a receber do Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, estabelece que a constituição do PCLD seja realizada com base nos clientes vencidos há mais de 90 dias.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
A vencer	96.066	104.615
Vencidos:		
Até 30 dias	145	100
De 31 a 60 dias	90	7
De 61 a 90 dias	90	130
Acima de 90 dias	1.930	1.431
	<u>98.321</u>	<u>106.283</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
Saldo inicial	1.431	57
Constituição de PCLD no período	499	36
Valores recuperados no período	-	(18)
	<u>1.930</u>	<u>75</u>

8. Tributos a recuperar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	11.002	13.209	16.651	14.465
Lei Rouanet - nº 8.313/91	-	-	1.570	42
Outros	771	1.314	2.116	1.325
	<u>11.773</u>	<u>14.523</u>	<u>20.337</u>	<u>15.832</u>

Notas Explicativas

9. Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber - controladora

Em 30 de junho de 2014, a Companhia possui R\$10.746 (R\$16.303 em 31 de dezembro de 2013) referentes a dividendos e juros sobre o capital próprio a receber.

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - dividendos e juros sobre o capital próprio	1.268	2.579
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. - juros sobre o capital próprio	67	133
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas - dividendos e juros sobre capital próprio	1.143	5.323
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas - dividendos e juros sobre o capital próprio	8.268	8.268
	10.746	16.303

A movimentação dos dividendos e juros sobre o capital próprio a receber no semestre findo em 30 de junho de 2014 está apresentada a seguir:

	<u>31/12/2013</u>	<u>Propostos</u>	<u>Recebidos</u>	<u>30/06/2014</u>
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A	2.579	136.967	(138.278)	1.268
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A	133	19.651	(19.717)	67
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul - Ecosul	-	10.800	(10.800)	-
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	5.323	34.436	(38.616)	1.143
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	8.268	-	-	8.268
	16.303	201.854	(207.411)	10.746

10. Depósitos judiciais - consolidado

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
Saldos iniciais	15.075	13.283
Adições	1.170	949
Baixas	(261)	(1.248)
Atualização monetária	769	459
Saldos finais	16.753	13.443

Notas Explicativas

11. Investimentos - controladora

	Valores das investidas 30/06/2014		Percentual de participação direta - %		Investimento		Equivalência	
	Patrimônio líquido	Resultado do período	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	30/06/2013
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	382.706	117.593	100%	100%	382.706	401.994	117.593	138.996
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	49.805	37.199	100%	100%	49.805	32.196	37.199	30.860
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto - Ecopistas	284.649	(4.878)	100%	100%	284.649	289.495	(4.878)	12.090
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	328.832	21.880	100%	100%	328.832	341.320	21.880	24.826
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul - Ecosul	54.036	32.868	90%	90%	48.632	29.795	29.580	32.034
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio	-	-	-	-	64.439	67.022	-	-
					1.159.063	1.161.822	201.374	238.806

A movimentação dos investimentos no semestre findo em 30 de junho de 2013 está apresentada a seguir:

	31/12/2012	Dividendos e JSCP propostos	Amortização de ágio	Plano de opção com base em ações	Equivalência patrimonial	30/06/2013
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	569.470	(325.765)	-	24	138.996	382.725
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	26.263	(31.447)	-	18	30.860	25.694
Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	235.133	(4.824)	-	28	12.090	242.427
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL	28.849	(21.707)	-	23	32.034	39.199
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	326.860	(9.041)	-	57	24.826	342.702
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio	71.794	-	(2.386)	-	-	69.408
	1.258.369	(392.784)	(2.386)	150	238.806	1.102.155

Notas Explicativas

A movimentação dos investimentos no semestre findo em 30 de junho de 2014 está apresentada a seguir:

	31/12/2013	Dividendos e JSCP propostos	Amortização de ágio	Plano de opção com base em ações	Equivalência patrimonial	30/06/2014
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	401.994	(136.967)	-	86	117.593	382.706
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	32.196	(19.651)	-	61	37.199	49.805
Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	289.495	-	-	33	(4.879)	284.649
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL	29.795	(10.800)	-	56	29.581	48.632
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	341.320	(34.436)	-	68	21.880	328.832
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio	67.022	-	(2.583)	-	-	64.439
	1.161.822	(201.854)	(2.583)	304	201.374	1.159.063

Os principais saldos das controladas (totais de ativos, passivos, receitas e lucro do período) estão apresentados na Nota Explicativa nº 4.

Notas Explicativas

12. Imobilizado

a) Controladora

Taxas médias de depreciação - %	Custo			Depreciação			Residual			
	Saldos em 31/12/2012	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 30/06/2013	Saldos em 31/12/2012	Adições	Saldos em 30/06/2013	Saldos em 31/12/2012	Residual
Hardware e equipamentos de pedágio	8.337	31	-	(5)	8.363	(2.597)	(747)	(3.344)	5.019	5.740
Máquinas e equipamentos	676	19	(1)	5	699	(191)	(45)	(236)	463	485
Móveis e utensílios	805	9	-	-	814	(356)	(40)	(396)	418	449
Terrenos	1.894	41	-	-	1.935	-	-	-	1.935	1.894
Edificações	8.459	-	-	-	8.459	(495)	(172)	(667)	7.792	7.964
Instalações	1.398	41	-	-	1.439	(125)	(74)	(199)	1.240	1.273
Outros	2	1.672	-	-	1.674	-	(28)	(28)	1.646	2
	21.571	1.813	(1)	-	23.383	(3.764)	(1.106)	(4.870)	18.513	17.807

Taxas médias de depreciação - %	Custo			Depreciação			Residual			
	Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 30/06/2014	Saldos em 31/12/2013	Adições	Saldos em 30/06/2014	Saldos em 31/12/2013	Residual
Hardware e equipamentos de pedágio	11.724	2.591	(4)	-	14.311	(4.124)	(1.215)	(5.339)	8.972	7.600
Máquinas e equipamentos	916	-	-	-	916	(282)	(57)	(339)	577	634
Móveis e utensílios	867	141	-	-	1.008	(438)	(48)	(486)	522	429
Terrenos	2.074	-	-	-	2.074	-	-	-	2.074	2.074
Edificações	8.459	-	-	-	8.459	(838)	(172)	(1.010)	7.449	7.621
Veículos	103	-	-	-	103	(5)	(10)	(15)	88	98
Instalações	1.658	111	-	-	1.769	(277)	(86)	(363)	1.406	1.381
Outros	5.911	2.339	(158)	-	8.092	(165)	(216)	(381)	7.711	5.746
	31.712	5.182	(162)	-	36.732	(6.129)	(1.804)	(7.933)	28.799	25.583

b) Consolidado

Taxas médias de depreciação - %	Custo			Depreciação			Residual			
	Saldos em 31/12/2012	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 30/06/2013	Saldos em 31/12/2012	Adições	Saldos em 30/06/2013	Saldos em 31/12/2012	Residual
Hardware e equipamentos de pedágio	160.706	4.955	(83)	42	165.620	(110.869)	(8.780)	(119.649)	45.971	49.837
Máquinas e equipamentos	21.875	1.340	(1)	52	23.266	(12.213)	(1.037)	(13.250)	10.016	9.662
Móveis e utensílios	10.135	411	-	(47)	10.499	(4.724)	(405)	(5.129)	5.370	5.411
Terrenos	5.255	41	-	-	5.296	-	-	-	5.296	5.255
Edificações	33.030	374	-	-	33.404	(14.424)	(768)	(15.192)	18.212	18.606
Veículos	9.461	133	-	-	9.594	(4.549)	(908)	(5.457)	4.137	4.912
Instalações	8.963	505	-	-	9.468	(1.614)	(409)	(2.023)	7.445	7.349
Outros	26.258	5.435	(10.518)	(136)	21.039	(4.610)	(585)	(5.195)	15.844	21.648
	275.683	13.194	(10.602)	(89)	278.186	(153.003)	(12.892)	(165.895)	112.291	122.680

Notas Explicativas

	Taxas médias de depreciação - %		Custo			Depreciação			Residual		
	31/12/2013	Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 30/06/2014	Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Saldos em 30/06/2014	31/12/2013
Hardware e equipamentos de pedagógico	10,8	183.748	9.617	(68)	-	193.297	(128.697)	(10.133)	59	(138.771)	54.526
Máquinas e equipamentos	9,2	24.070	1.807	(3)	-	25.874	(14.371)	(1.153)	-	(15.524)	10.350
Móveis e utensílios	8,2	11.256	973	(61)	-	12.168	(5.560)	(481)	47	(5.994)	6.174
Terrenos	-	5.433	-	-	-	5.433	-	-	-	-	5.433
Edificações	4,7	33.518	-	-	-	33.518	(15.981)	(793)	-	(16.774)	17.537
Veículos	17,2	10.388	1.622	(39)	-	11.971	(5.953)	(961)	27	(6.887)	5.084
Instalações	10,3	16.254	1.562	-	-	17.816	(2.804)	(880)	-	(3.684)	14.132
Outros	6,7	31.682	2.970	(165)	(5.576)	28.911	(5.912)	(923)	-	(6.835)	22.076
		316.349	18.551	(336)	(5.576)	328.988	(179.278)	(15.324)	133	(194.469)	137.071

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 alguns bens (do ativo imobilizado) classificados na rubrica "Outros" (caminhões e reboque) estavam vinculados como garantia de empréstimos e financiamentos (vide Nota Explicativa nº 16). Para as debêntures (vide Nota Explicativa nº 18) não existem garantias dessa natureza.

No semestre findo em 30 de junho de 2014, foram capitalizados encargos financeiros no montante de R\$136 (R\$513 em 31 de dezembro de 2013). A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

13. Intangível

a) Controladora

	Taxas médias de amortização - %		Custo			Amortização			Residual	
	31/12/2012	Saldos em 31/12/2012	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2012	Adições	Saldos em 30/06/2013	30/06/2013	31/12/2012	
Intangível em andamento	-	769	18	-	787	-	-	787	769	
Softwares de terceiros	16,0	33.160	3.891	-	37.051	(18.799)	(2.817)	(21.616)	15.435	
		33.929	3.909	-	37.838	(18.799)	(2.817)	(21.616)	16.222	
									15.130	

	Taxas médias de amortização - %		Custo			Amortização			Residual	
	31/12/2013	Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2013	Adições	Saldos em 30/06/2014	30/06/2014	31/12/2013	
Intangível em andamento	-	1.157	-	-	1.157	-	-	1.157	1.157	
Softwares de terceiros	14,2	40.180	4.172	-	44.352	(24.604)	(3.009)	(27.613)	16.739	
		41.337	4.172	-	45.509	(24.604)	(3.009)	(27.613)	17.896	
									16.733	

Notas Explicativas

b) Consolidado

Taxas médias de amortização - %	Custo				Amortização				Residual		
	Saldos em 31/12/2012	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 30/06/2014	Saldos em 31/12/2012	Adições	Saldos em 30/06/2013	Saldos em 31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012
(a)	3.551.537	211.981	(694)	89	3.762.913	(1.122.848)	(67.064)	(1.189.912)	2.573.001	2.428.689	
14,7	42.676	4.539	-	-	47.215	(25.430)	(3.301)	(28.731)	18.484	17.246	
-	14	-	-	-	14	(5)	-	(5)	9	9	
	3.594.227	216.520	(694)	89	3.810.142	(1.148.283)	(70.365)	(1.218.648)	2.591.494	2.445.944	
Taxas médias de amortização - %	Custo				Amortização				Residual		
	Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 30/06/2014	Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Saldos em 30/06/2014	Saldos em 31/12/2013	
(a)	4.098.984	255.957	(316)	5.576	4.360.201	(1.282.500)	(94.272)	84	(1.376.688)	2.983.513	
13,4	51.261	5.168	(2)	-	56.427	(32.258)	(3.608)	-	(35.866)	20.561	
-	14	73	-	-	87	(5)	-	-	(5)	82	
	4.150.259	261.198	(318)	5.576	4.416.715	(1.314.763)	(97.880)	84	(1.412.559)	3.004.156	

(a) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas médias de amortização em 30 de junho de 2014 foram de 4,45% (3,67% em 31 de junho de 2013).

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

Notas Explicativas

14. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro - consolidado

a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balança patrimonial			Resultado	
	31/12/2013	Adições	Baixas	30/06/2014	30/06/2014
Provisão para contingências	9.861	795	(192)	10.464	603
Provisão FAP	207	84	-	291	84
Provisão para férias e encargos Diretores	85	57	(38)	104	19
Prejuízo fiscal base 2013	3.164	5.692	(2.870)	5.986	2.822
Provisão para devedores duvidosos	456	163	(7)	612	156
Regime tributária de transição - RTT (*)	2.033	(2.105)	1.511	1.440	(593)
Realização do ágio na incorporação	77.416	-	(4.791)	72.625	(4.791)
IR e CS diferido - ativo (passivo)	93.222	4.686	(6.387)	91.522	(1.700)
Receita (despesa) de IR e CS diferido					(1.700)

(*) O RTT contempla ICPC-01, juros capitalizados, AVP Ônus da concessão e depreciação societária.

Reconciliação ativo (passivo) diferido	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	93.222
Receita/(despesa) de imposto reconhecido no resultado	(1.700)
Saldo em 30 de junho de 2014	91.522

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	30/06/2014	31/12/2013
2014	8.851	15.288
2015	16.781	15.288
2016	16.781	15.288
2017	16.781	15.288
2018	16.781	15.288
2019 a 2023	34.319	32.848
Após 2024	(18.772)	(16.066)
	91.522	93.222

Notas Explicativas

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado dos trimestres os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Lucro do período antes do imposto de renda e da contribuição social	195.528	214.537	299.239	330.878
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(66.480)	(72.943)	(101.741)	(112.499)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Juros sobre capital próprio	-	6.351	-	6.351
Equivalência patrimonial	62.490	73.816	-	-
Créditos tributários não constituídos	-	(7.217)	-	(7.217)
Despesas indedutíveis	(17)	(10)	(83)	(82)
Amortização de ágio	(1.274)	(333)	(3.762)	285
Incentivos fiscais (PAT)	-	18	497	422
Outros	175	285	(441)	(75)
Despesa de Imposto de renda e contribuição social	(5.106)	(33)	(105.530)	(112.815)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(3.550)	18	(103.830)	(104.929)
Impostos diferidos	(1.556)	(51)	(1.700)	(7.886)

c) Imposto de renda e contribuição social pagos

	Controladora		Consolidado	
	1º Sem 2014	1º Sem 2013	1º Sem 2014	1º Sem 2013
Saldo inicial provisão IR/CS - 31/12	-	-	12.804	18.747
Despesa IR/CS DRE	3.550	(18)	103.830	104.929
Total de IR/CS pagos no trimestre	(3.550)	18	(94.991)	(101.513)
Saldo final provisão IR/CS - 30/06	-	-	21.643	22.163

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627), que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

Em 13 de maio de 2014, a MP 627 foi convertida na Lei nº 12.973/14. A Lei não alterou substancialmente os assuntos abordados pela MP 627, fazendo-se necessário mencionar dois temas, que de acordo com o nosso entendimento são os principais:

- a adequação das normas tributárias às novas normas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07 (fim do "RTT", com a consequente aproximação das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais IFRS - International Financial Reporting Standards);
- introdução de novas regras relacionadas à tributação de lucros provenientes de controladas e coligadas no Exterior.

Notas Explicativas

A nova legislação trouxe a opção de sua adoção antecipada para o exercício de 2014 ou a adoção obrigatória a partir de 2015. A Companhia ainda não decidiu pela adoção antecipada ou a partir de 2015, visto que os estudos internos continuam em andamento, os quais estão sendo suportados por consultores externos.

15. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Impostos sobre faturamento:				
ISS	411	116	7.158	7.901
COFINS	754	499	4.812	5.224
PIS	164	108	1.043	1.132
ISS na fonte	126	25	5.221	2.506
INSS na fonte	-	54	-	1.916
IRRF	-	54	-	434
Outros impostos	-	144	23	1.502
	1.455	1.000	18.257	20.615

16. Empréstimos e financiamentos - consolidado

Finalidade	Vencimento final	Taxa média de juros	30/06/2014	31/12/2013
Em moeda nacional:				
Capital de giro (c)	Outubro de 2014	108,4% do CDI	47.201	44.782
Capital de giro (d)	Dezembro de 2014	108,4% do CDI	27.592	26.167
Capital de giro (b)	Novembro de 2014	108,0% do CDI	37.309	35.403
Capital de giro (f)	Outubro de 2014	CDI + 2,032% a.a.	6.784	13.469
Capital de giro (e)	Novembro de 2014	108,0% do CDI	37.451	36.640
Capital de giro (g)	Dezembro de 2014	108,4% do CDI	23.338	22.142
Capital de giro (h)	Outubro de 2014	108,4% do CDI	38.619	35.538
Finame (i)	Maio de 2017	TJLP + 5%	509	500
Finame (i)	Abril de 2017	TJLP + 3,4%	525	563
Finame (j)	Outubro de 2022	2,5% a.a.	365	387
Finame (k)	Julho de 2018	3% a.a.	220	-
Finem (l)	Julho de 2018	TJLP + 2,30% a.a.	26.484	29.720
Finem (a)	Julho de 2025	TJLP + 2,45% a.a.	220.284	197.898
			466.681	443.209
Circulante			251.119	242.144
Não circulante			215.562	201.065

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	30/06/2014	31/12/2013
2015	16.329	26.395
2016	35.477	30.983
2017	35.218	30.724
2018	32.408	27.936
2019	28.736	24.397
Posteriores a 2019	67.394	60.630
	215.562	201.065

Notas Explicativas

A movimentação do saldo de empréstimos e financiamentos é conforme segue:

	Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013
Saldo inicial	443.209	306.226
Adições	32.058	95.701
Encargo financeiro	20.987	14.837
Pagamento de juros	(8.958)	(6.659)
Pagamento do principal	(20.615)	(13.341)
Saldo final	466.681	396.764

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

Referência	Controlada	Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantia
(a)	Ecopistas	BNDES	(i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%; (ii) o índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 pontos; e (iii) a razão entre a dívida líquida e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" ajustado deve ser inferior a 4,00 pontos. Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 os índices foram atendidos, conforme demonstrado abaixo.	Cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, bem como as receitas acessórias decorrentes da Concessão e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão.
(b)	Ecovia	HSBC	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.
(c)	Ecovia	Santander	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.
(d)	Ecovia	Santander	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.
(e)	Ecosul	HSBC	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.
(f)	Ecosul	Santander	A razão entre seu endividamento líquido e seu "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" deverá ser menor ou igual a 1,5, e a razão entre o EBITDA e o serviço da dívida líquida deverá ser maior ou igual a 1,5. Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 os índices foram atendidos, conforme demonstrado abaixo.	Aval da EcoRodovias Infra e Cessão Fiduciária dos direitos creditórios do pedágio.
(g)	Ecosul	Santander	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.
(h)	Ecosul	Santander	Não exigem manutenção dos índices.	Cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios de todas as suas praças.
(i)	Ecocataratas	Banco do Brasil	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(j)	Ecocataratas	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(k)	Ecocataratas	Bradesco	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(l)	Ecocataratas	BNDES	Não exigem manutenção dos índices.	Carta-fiança.

A Companhia apresenta a seguir o demonstrativo dos cálculos dos índices financeiros:

(a) Índices financeiros Ecopistas BNDES	Exigido	Medido (*)
(i) PL/passivo total	> 20%	24,96%
(ii) Cobertura da dívida	> 1,20	1,38
(iii) Dívida líquida/EBTIDA ajustado	< 4,00	3,90
(f) Índices financeiros Ecosul Santander	Exigido	Medido (*)
(i) Dívida líquida/EBTIDA	< 1,5	0,81
(ii) EBTIDA/Serviço da dívida	> 1,5	5,31

(*) Índice não revisado pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

17. Arrendamento mercantil financeiro - consolidado

As obrigações de arrendamento são garantidas de forma eficaz, uma vez que o ativo arrendado é revertido para o arrendador no caso de inadimplência.

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 não existiam saldos a pagar na modalidade de arrendamento mercantil financeiro.

A movimentação do arrendamento mercantil financeiro para 30 de junho de 2013 é conforme segue:

	<u>30/06/2013</u>
Saldo inicial	248
Encargos financeiros	-
Pagamento de juros	(10)
Pagamento do principal	(238)
Saldo final	<u>-</u>

A contrapartida dos saldos de arrendamento mercantil financeiro está registrada na rubrica "Imobilizado", refere-se a caminhões e apresenta valor residual de R\$362 em 30 de junho de 2014 (R\$667 em 31 de dezembro de 2013).

Determinados equipamentos foram arrendados por meio de contratos irrevogáveis sujeitos a encargos de 16,71% ao ano e variação de encargos de 15,25% a 17,32%, contendo cláusula de opção de compra, cuja duração dos contratos é de 36 meses. A data da última parcela do empréstimo ocorreu em junho de 2013. Os contratos não requerem a manutenção de índices financeiros ("covenants").

18. Debêntures

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Principal corrigido	866.375	841.023	2.302.316	2.271.137
Remuneração (juros)	27.974	11.533	53.836	63.115
Custos com emissão de debêntures (*)	(16.343)	(17.992)	(50.287)	(54.789)
	<u>878.006</u>	<u>834.564</u>	<u>2.305.865</u>	<u>2.279.463</u>
Circulante	25.090	9.248	119.162	169.903
Não circulante	<u>852.916</u>	<u>825.316</u>	<u>2.186.703</u>	<u>2.109.560</u>

A movimentação do saldo de debêntures é conforme segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Saldo inicial	834.564	797.535	2.279.463	1.443.589
Adições	-	-	-	851.182
Encargos financeiros	56.037	47.171	159.497	112.604
Pagamento juros	(12.595)	(9.555)	(95.490)	(52.961)
Pagamento de principal	-	-	(37.605)	(52.655)
Saldo final	<u>878.006</u>	<u>835.151</u>	<u>2.305.865</u>	<u>2.301.759</u>

(*) Os custos com emissão são referentes a todos os gastos que a Companhia incorreu para a emissão das debêntures, como gastos com bancos, advogados, auditores, entre outros. E sua amortização no resultado é efetuada usando o método da taxa efetiva de juros.

- a) A Companhia concluiu, em 23 de dezembro de 2009, a emissão de R\$600.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira de R\$460.750, com prazo de vencimento de 42 meses e vencimento final em 15 de maio de 2013, e a segunda e terceira séries no montante de R\$69.625 cada uma,

Notas Explicativas

com prazo de vencimento de 66 e 72 meses e vencimentos finais em 15 de maio e 15 de novembro de 2015, respectivamente.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 100% do CDI, acrescido de 1,5% ao ano, paga semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IPCA e remuneração correspondente a 8,75% ao ano, pagas anualmente com diferença de seis meses entre elas.

Essa operação tem classificação de risco “brAAA” da Standard & Poors.

A 1ª Emissão de debêntures da Companhia foi integralmente paga no exercício de 2012.

A Companhia concluiu, em 23 de outubro de 2012, a segunda emissão de R\$800.000 em debêntures, sendo R\$240.000 referentes à primeira série com vencimento em três parcelas anuais, com a primeira a vencer em 15 de outubro de 2016 e vencimento final em 15 de outubro de 2018, R\$160.000 referentes à segunda série em duas parcelas anuais, com a primeira a vencer em 15 de outubro de 2018 e vencimento final em 15 de outubro de 2019, e R\$400.000 referentes à terceira série com vencimento em três parcelas anuais, com a primeira a vencer em 15 de outubro de 2020 e vencimento final em 15 de outubro de 2022.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 100% do CDI, acrescido de 0,79% ao ano, a segunda série tem remuneração vinculada ao IPCA, acrescido de 5% ao ano, e a terceira série tem remuneração vinculada ao IPCA, acrescido de 5,35% ao ano, as quais foram precificadas utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

O contrato referente à segunda emissão requer a manutenção de índices financeiros menores ou igual a 3,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida consolidada com o EBITDA e índices financeiros maiores ou iguais a 2,0 pontos correspondentes ao EBITDA pela despesa financeira líquida. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente, considerando os últimos 12 meses. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 conforme demonstrado abaixo.

	<u>Exigido</u>	<u>Medido (*)</u>
(i) Dívida líquida/EBTIDA	< 3,5	1,72
(ii) EBTIDA/Despesa financeira líquida	>2,0	5,35

- b) A controlada direta Ecovias dos Imigrantes concluiu, em 21 de dezembro de 2006, a emissão de R\$450.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira de R\$135.000, com prazo de vencimento de 84 meses e vencimento final em 1º de novembro de 2013, e a segunda e terceira séries de R\$157.500 cada uma, com prazo de vencimento de 90 e 96 meses com vencimentos finais em 1º de maio e 1º de novembro de 2014, respectivamente.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 104% do CDI, paga semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

Notas Explicativas

A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IGP-M e remuneração correspondente a 9,5% ao ano, pagas anualmente com diferença de seis meses entre as duas séries.

Essa operação tem classificação de risco “brAAA” da Standard & Poors.

O contrato requer a manutenção dos índices financeiros menores que 2,2 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) e índices financeiros maiores ou iguais a 1,3 ponto em relação ao EBITDA com o serviço da dívida (correspondente aos juros e principal pagos no período), tendo como base as demonstrações financeiras. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, os índices financeiros exigidos foram atendidos, conforme demonstrado abaixo.

A controlada direta Ecovias dos Imigrantes concluiu, em 07 de maio de 2013, a emissão de R\$881.000 em debêntures em duas séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$200.000, com prazo de vencimento de 84 meses e vencimento final em 15 de abril de 2020 e a segunda série de R\$681.000, com prazo de vencimento de 132 meses e vencimento final em 15 de abril de 2024, respectivamente. Essa operação tem classificação de risco “brAAA” da Standard & Poors.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 3,80% a.a. + IPCA, pago anualmente, com primeiro vencimento em abril de 2014 e último vencimento em abril de 2019, foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04. A segunda série tem remuneração de 4,28% a.a. + IPCA, paga anualmente, com primeiro vencimento em abril de 2014 e último vencimento em abril de 2024, também precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

Essa operação tem classificação de risco “brAAA” da Standard & Poors.

O contrato da 2ª emissão requer a manutenção dos índices financeiros menores que 3,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) e índices financeiros maiores ou iguais a 2,0 pontos em relação ao EBITDA com a despesa financeira líquida, tendo como base as demonstrações financeiras. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, todos os índices financeiros exigidos foram atendidos conforme demonstrado abaixo:

1ª emissão	Exigido	Medido (*)
(i) Dívida líquida/EBITDA	< 2,2	1,12
(ii) Serviço da dívida/EBITDA	> 1,3	4,52
2ª emissão	Exigido	Medido (*)
(i) Dívida líquida/EBITDA	< 3,5	1,12
(ii) Despesa financeira/EBITDA	>2,0	6,79

- c) A controlada Ecopistas concluiu, em 15 de janeiro de 2011, a emissão de R\$370.000 em debêntures em quatro séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 145 meses e vencimento final em 15 de janeiro de 2023, a segunda no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 136 meses e vencimento final em 15 de abril de 2022, a terceira no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 139 meses e vencimento final em 15 de julho de 2022, e a quarta no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 142 meses e vencimento final em 15 de outubro de 2022.

Notas Explicativas

As quatro séries, ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada ao IPCA + 8,25%, paga semestralmente, e foram precificadas utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04. Essa operação tem classificação de risco brAA+ da Standard & Poors.

Os índices financeiros exigidos são: (i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%, (ii) índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 e (iii) razão entre a dívida líquida e o EBTIDA ajustado deve ser inferior à 4,00. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, conforme demonstrado abaixo:

	Exigido	Medido (*)
(i) PL/passivo total	> 20%	26,4%
(ii) Cobertura da dívida	> 1,20	2,43
(iii) Dívida líquida/EBTIDA ajustado	< 4,00	3,57

(*) Índices não revisado pelos auditores independentes.

As principais características das debêntures emitidas são:

Descrição	Companhia	Ecovias dos Imigrantes		Ecopistas
		1ª Emissão	2ª Emissão	
Forma e conversibilidade	Nominativa e escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa e escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações
Quantidade emitida	800.000 (em três séries)	45.000 (em três séries)	881 (em duas séries)	370 (em quatro séries)
Valor nominal unitário na data de emissão	R\$10	R\$10,00	R\$1.000,00	R\$1.000
Valor nominal unitário atualizado em 30 de junho de 2014	1ª série - R\$10,21 2ª série - R\$10,84 3ª série - R\$10,85	1ª série - não atualizável 2ª série - R\$ - 3ª série - R\$3,40	1ª série - R\$1.083,77 2ª série - R\$1.084,76	1ª série - R\$1.221 2ª série - R\$1.156 3ª série - R\$1.272 4ª série - R\$1.246
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IPCA	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IGP-M	1ª e 2ª série - IPCA	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25% a.a.
Remuneração (juros e correção)	1ª série - 100% do CDI + 0,79% a.a. 2ª série - IPCA + 5,00% a.a. 3ª série - IPCA + 5,35% a.a.	1ª série - 104% do CDI 2ª e 3ª séries - 9,5% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado	1ª série - 3,80% a.a. + IPCA 2ª série - 4,28% a.a. + IPCA	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25% a.a.
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: parcelas semestrais (15/04/13 a 15/10/18) 2ª série: parcelas anuais (15/10/13 a 15/10/19) 3ª série: parcelas anuais (15/10/13 a 15/10/22)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/07 a 01/05/13) 2ª série: parcelas anuais (01/05/08 a 01/05/14) 3ª série: parcelas anuais (01/11/07 a 01/11/14)	1ª série: parcelas anuais (15/04/2014 a 15/04/2020) 2ª série: parcelas anuais (15/04/2014 a 15/04/2024)	1ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)
Vencimento da amortização	1ª série: parcelas anuais (15/10/16 a 15/10/18) 2ª série: parcelas anuais (15/10/18 a 15/10/19) 3ª série: parcelas anuais (15/10/20 a 15/10/22)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/10 a 01/11/13) 2ª série: parcelas anuais (01/05/10 a 01/05/14) 3ª série: parcelas anuais (01/11/10 a 01/11/14)	1ª série: parcelas anuais (15/04/2019 a 15/04/2020) 2ª série: parcelas anuais (15/04/2022 a 15/04/2024)	1ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	Não aplicável	Retenção em conta de depósito (aplicação) vinculado de 50% dos valores creditados em conta-corrente a partir do sexto dia de cada mês até atingir o montante equivalente à parcela do valor estimado devido no mês em vigor.		Para cada subcrédito em TJLP concedido pelo BNDES, por meio do Contrato BNDES, até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a três vezes o valor da primeira parcela vincenda da amortização de principal e encargos da dívida; e, após o pagamento da primeira parcela, a quantia equivalente a três vezes o valor da soma da última parcela vencida de amortização de principal e encargos da dívida (até 15 dias contados da data da última prestação vencida). Para cada subcrédito em IPCA concedido pelo BNDES, por meio do Contrato BNDES, até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a 1/3 do valor referente ao desembolso realizado, dividido pelo número total de prestações do subcrédito; e, após o pagamento da primeira parcela de amortização de principal e encargos da dívida, a quantia equivalente a 1/4 do valor da última parcela vencida de amortização de principal e encargos de subcrédito (até três meses antes do vencimento de cada prestação).
Instituição depositária das debêntures	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.	Itaú Unibanco S.A.
Local de pagamento	CETIP	CETIP e CBLC	CETIP e BMF&BOVESPA	CETIP e/ou BOVESPAFIX
Instituição responsável pela conta de reserva	Não aplicável	Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.	n/a	Itaú Unibanco S.A.

Notas Explicativas

Descrição	Companhia	Ecovias dos Imigrantes		Ecopistas
		1ª Emissão	2ª Emissão	
Agente fiduciário	Oliveira Trust DTVM S.A.	Oliveira Trust DTVM S.A.	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Planner Trustee DTVM Ltda.
Garantias	Não aplicável	Penhor de 99,99% das ações e cessão fiduciária de direitos creditórios do pedágio	n/a	Alienação fiduciária de 100% das ações da Ecopistas e alienação fiduciária de 100% dos créditos oriundos do pedágio
Cláusulas de repactuação das debêntures	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	Controladora					
	30/06/2014			31/12/2013		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2015	-	(856)	(856)	-	(3.105)	(3.105)
2016	79.992	(2.990)	77.002	79.992	(2.990)	77.002
2017	79.992	(2.888)	77.104	79.992	(2.888)	77.104
2018	169.498	(2.516)	166.982	167.795	(2.516)	165.279
2019	89.483	(1.549)	87.934	87.779	(1.549)	86.230
2020 a 2022	447.409	(2.659)	444.750	425.465	(2.659)	422.806
	866.374	(13.458)	852.916	841.023	(15.707)	825.316

	Consolidado					
	30/06/2014			31/12/2013		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2015	10.653	(2.130)	8.523	18.953	(7.466)	11.487
2016	103.680	(7.231)	96.449	102.721	(7.231)	95.490
2017	112.788	(7.523)	105.265	111.461	(7.523)	103.938
2018	213.595	(7.293)	206.302	211.053	(7.293)	203.760
2019	247.450	(5.570)	241.880	244.643	(5.570)	239.073
2020 a 2022	1.541.773	(13.489)	1.528.284	1.469.301	(13.489)	1.455.812
	2.229.939	(43.236)	2.186.703	2.158.132	(48.572)	2.109.560

Notas Explicativas

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

Emissora	Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Companhia	Debêntures - 1ª série	23/10/12	240.000	(6.196)	233.804	CDI + 0,79%	CDI + 1,09%
	Debêntures - 2ª série	23/10/12	160.000	(4.156)	155.844	5,00%+ IPCA	5,20% + IPCA
	Debêntures - 3ª série	23/10/12	400.000	(10.502)	389.498	5,35%+ IPCA	5,63% + IPCA
Ecovias dos Imigrantes	1ª Emissão						
	Debêntures - 1ª série	01/11/06	135.000	(2.677)	132.323	104% do CDI	107% do CDI
	Debêntures - 2ª série	01/11/06	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,32%+ IGP-M
	Debêntures - 3ª série	01/11/06	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,35%+ IGP-M
	2ª Emissão						
	Debêntures - 1ª série	15/04/13	200.000	(6.892)	193.108	IPCA + 3,80% a.a.	IPCA + 4,25% a.a.
	Debêntures - 2ª série	15/04/13	681.000	(23.469)	657.531	IPCA + 4,28% a.a.	IPCA + 4,54% a.a.
Ecopistas	Debêntures - 1ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,84%
	Debêntures - 2ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,97%
	Debêntures - 3ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,91%
	Debêntures - 4ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,87%
				<u>2.501.000</u>	<u>(72.808)</u>	<u>2.428.192</u>	

19. Partes relacionadas

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços administrativos e financeiros.

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Notas Explicativas

	Natureza	Controladora	
		30/06/2014	31/12/2013
Ativo			
Circulante			
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (c)	Controlada	9.805	3.078
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (c)	Controlada	3.249	391
Ecopátio Cubatão Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	171	-
Anish Empreendimentos Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	66	-
Termares Terminais Marítimos Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	1.409	-
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (c)	Controlada	36.264	4.717
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (c)	Controlada	11.742	1.842
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (c)	Controlada	16.923	665
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (h)	Controlada	57	15
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (h)	Controlada	53	42
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (c)	Outras partes relacionadas	1.651	767
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (a)	Outras partes relacionadas	91.438	-
Ecoporto Santos S.A. (c)	Controlada	1.409	591
Elog S.A. (h)	Outras partes relacionadas	73	-
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (h)	Outras partes relacionadas	4	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (h)	Controlada	-	12
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (h)	Controladora	-	1
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (k)	Controlada	-	17
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (i)	Controlada	112	88
Elog S.A. (c)	Outras partes relacionadas	4.713	469
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (a)	Outras partes relacionadas	5	-
Ecoporto Santos S.A. (h)	Outras partes relacionadas	29	46
		179.173	12.741
Não circulante			
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (b)	Controlada	-	71
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (a)	Controlada	-	87.313
		-	87.384
Total do ativo		179.173	100.125
Passivo			
Circulante			
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (i)	Controlada	112	88
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (h)	Controlada	7	-
Rodovias das Cataratas S.A. (h)	Controlada	2	-
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (h)	Controlada	7	-
Ecopátio Cubatão Ltda. (h)	Outras partes relacionadas	2	-
Elog S.A. (h)	Outras partes relacionadas	13	-
Elog Logística Sul Ltda. (h)	Outras partes relacionadas	28	-
Ecoporto Santos S.A. (h)	Outras partes relacionadas	27	-
Termares Terminais Marítimos Ltda. (h)	Outras partes relacionadas	9	-
Termares Terminais Marítimos Ltda.	Outras partes relacionadas	2	-
Ecoporto Santos S.A.	Outras partes relacionadas	3	-
Elog S.A.	Outras partes relacionadas	6	-
Elog Logística Sul Ltda.	Outras partes relacionadas	18	-
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	Controlada	40	-
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (h)	Controladora	2	-
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (l)	Controlada	19	38
		297	126
Total do passivo		297	126

Notas Explicativas

	Natureza	Controladora	
		30/06/2014	30/06/2013
Resultado			
Receita			
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (c)	Controlada	10.462	9.871
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (i)	Controlada	112	106
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (c)	Controlada	3.478	2.540
Ecoporto Santos S.A. (c)	Outras partes relacionadas	2.002	-
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (c)	Outras partes relacionadas	5.028	-
Ecopátio Cubatão Logística Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	190	-
Termares Terminais Marítimos Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	2.002	-
Elog Logística Sul Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	715	-
Anish Empreendimentos Imobiliários Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	70	-
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (c)	Controlada	39.603	32.904
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (c)	Controlada	12.529	11.818
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (c)	Controlada	18.054	4.298
Elog S.A. (c)	Outras partes relacionadas	3.819	1.500
		98.064	63.037
Juros de mútuo:			
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (a)	Controlada	4.853	3.260
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (b)	Controlada	1	894
		4.854	4.154
Despesa-			
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (l)	Controlada	115	109
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (i)	Controlada	112	106
		227	215
Ativo			
Circulante			
Ecopátio Cubatão Logística Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	171	-
Anish Empreendimentos Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	65	-
Termares Terminais Marítimos Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	1.410	-
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (c)	Outras partes relacionadas	1.668	767
Elog S.A. (c)	Outras partes relacionadas	4.713	469
Ecoporto Santos S.A. (c)	Outras partes relacionadas	1.439	638
		9.466	1.874
Intangível			
TB Transportadora Betumes Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	2.297	3.364
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	14.068	32.099
SBS Engenharia e Construções S.A. (e)	Outras partes relacionadas	8.744	18.660
Consórcio Serra do Mar S.A. (d)	Outras partes relacionadas	184.485	116.867
		209.594	170.990
Total do ativo		219.060	172.864

Notas Explicativas

	Natureza	Consolidado	
		30/06/2014	31/12/2013
Passivo			
Circulante - contas a pagar			
Elog S.A. (h)	Outras partes relacionadas	29	-
Elog Logística Sul Ltda. (h)	Outras partes relacionadas	46	-
Termares Terminais Marítimo Ltda. (h)	Outras partes relacionadas	11	-
Ecopátio Cubatão Logística Ltda. (h)	Outras partes relacionadas	2	-
Ecoporto Santos S.A. (h)	Outras partes relacionadas	29	-
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (j)	Controladora	44	39
TB Transportadora Betumes Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	401	309
SBS Engenharia e Construções S.A. (e)	Outras partes relacionadas	1.343	1.194
Consórcio Serra do Mar (d)	Outras partes relacionadas	22.910	262
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	1.311	1.512
		26.126	3.316
Total do passivo		26.126	3.316
Resultado			
Receita			
Ecopátio Cubatão Logística Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	190	-
Termares Terminais Marítimo Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	2.002	-
Elog Logística Sul Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	715	-
Elog S.A. (c)	Outras partes relacionadas	3.819	1.500
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (c)	Outras partes relacionadas	5.028	-
Ecoporto Santos S.A. (c)	Outras partes relacionadas	2.002	-
Anish Empreendimentos Imobiliários.(c)	Outras partes relacionadas	70	-
		13.826	1.500
Despesa			
STP - Serviços Tecnologia e Pagamentos (g)	Outras partes relacionadas	-	1.605
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (l)	Controladora	239	109
SBS Engenharia e Serviços Ltda. (e)	Outras partes relacionadas	27	-
		266	1.714

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

- O valor de R\$91.438 (R\$87.313 em 31 de dezembro de 2013) refere-se a contrato de mútuo com a Ecopistas. O mútuo será corrigido a partir da data de seu desembolso até a data de seu efetivo pagamento, com base na variação de 100% do CDI com vencimento até 31 de março de 2015.
- O valor de R\$71 em 31 de dezembro de 2013 referia-se ao contrato de mútuo com a Ecocataratas. O mútuo foi corrigido a partir da data de seu desembolso até a data de seu efetivo pagamento finalizado em 28 de fevereiro de 2014, com base na variação do CDI, acrescido de juros de 1,20% ao ano.
- A Companhia presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de aproximadamente R\$209.337, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano. O saldo em aberto das faturas de serviços em 30 de junho de 2014 é de R\$87.402 (R\$12.051 em 31 de dezembro de 2013).
- O Consórcio Serra do Mar, formado pelas partes relacionadas da Companhia EcoRodovias: CR Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A., e pela Impregilo SPA, presta serviços de construção de faixas operacionais, baias de emergência, travessia da terceira faixa da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, construção de viadutos na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, pavimentação nas rodovias que compõem o Sistema Anchieta-Imigrantes e praças de pedágio da controlada indireta Ecovias. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a controlada indireta Ecovias e o Consórcio Serra do Mar é de R\$262.530, incluindo aditivo contratual. O prazo para execução destes serviços é janeiro de 2015 e em 30 de junho de 2014 foram incorridos R\$219.262, e há um saldo de serviços a realizar de R\$43.267. Os saldos em aberto a pagar R\$22.910 (sobre os serviços contratados) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- A SBS Engenharia e Construções S.A., através da Grant Concessões e Participações S.A., que possui 10% da Ecosul. Presta serviços de pavimentação e engenharia no complexo rodoviário e manutenção nas rodovias das controladas Ecosul e Ecovia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Ecosul e a SBS Engenharia e Construções S.A. é de R\$34.225 e entre a Ecovia e a SBS Engenharia e Construções S.A. é de R\$26.750, totalizando R\$60.975, incluindo aditivo contratual em ambos os contratos. O prazo para execução destes serviços é março de 2015 e em 30 de junho de 2014, há um saldo de serviços a realizar de R\$9.484. Os saldos em aberto a pagar de R\$1.343 (sobre serviços já realizados) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros nem não foram concedidas garantias aos credores.

Notas Explicativas

- (f) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formada pelos acionistas da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., controladora da Companhia, prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. e às Concessionárias das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas e Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$198.762, incluindo o aditivo contratual. O prazo para execução desses serviços é de dezembro de 2016 e em 30 de junho de 2014 há um saldo de serviços a realizar de R\$159.416. Os saldos em aberto a pagar R\$1.712 (sobre os serviços já realizados) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (g) Em 20 de março de 2013, a Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP deixou de ser parte relacionada da Companhia, pela venda de participação que a EcoRodovias Infraestrutura detinha.
- (h) O saldo refere-se à transferência de funcionários entre as empresas (provisões de 13º salário e férias), os saldos têm vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a juros nem à atualização monetária e não foram concedidos avais e garantias.
- (i) A Companhia celebrou em 27 de julho de 2011 contrato de permissão especial de uso oneroso de faixa de domínio com a controlada Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul e celebrou em 14 de dezembro de 2012 contrato de locação de fibra óptica com permissão de uso de duto com a mesma controlada.
- (j) Refere-se ao aluguel de imóvel, no qual está localizada a sede da Ecosul. O saldo a vencer tem vencimento em 30 dias.
- (k) A Companhia celebrou contrato de compartilhamento de custos e despesas administrativas com suas controladas Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul, Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. e Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas, com o objetivo de ratear os custos e as despesas comuns à Companhia e às suas controladas na realização de atividades administrativas compartilhadas. O prazo do contrato é de 1º de junho de 2012 a 31 de dezembro de 2014.
- (l) A Companhia celebrou contrato de locação de seu prédio administrativo localizado na Rodovia dos Imigrantes km 28,5 com sua controlada direta Ecovias dos Imigrantes. O valor mensal da locação é de R\$19.

Remuneração dos administradores

As políticas de remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, assim como o pagamento, são fixadas e assumidas pela controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

20. Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Salários e outras obrigações a pagar	4.080	5.525	8.335	12.472
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a recolher	1.192	777	2.500	1.988
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS a recolher	315	290	602	689
IRRF a recolher	472	665	728	1.160
Contribuição Sindical a recolher	3	1	4	21
Provisão de férias	4.636	3.251	9.147	7.706
Provisão de 13º salário e encargos	2.311	-	4.626	-
Encargos sobre provisões de férias a recolher - INSS e FGTS	1.651	1.213	3.314	2.860
	14.660	11.722	29.256	26.896

As provisões de salários e encargos foram registradas no resultado da Companhia nas rubricas "Custos dos serviços prestados" e "Despesas gerais e administrativas", de acordo com a alocação do empregado.

Notas Explicativas

21. Obrigações com o poder concedente - consolidado

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Parcelas:		
Fixas - Ecovias (a)	53.849	57.806
Variável - Ecosul (b)	156	137
Variável - Ecovias (b)	950	1.206
Variável - Ecopistas (b)	280	324
Outras - Ecovia - Verba de fiscalização (c)	213	213
Outras - Ecovia - Verba Polícia Rodoviária (d)	769	1.550
Outras - Ecocataratas - Verba de fiscalização (e)	249	249
	<u>56.466</u>	<u>61.485</u>
Circulante	18.539	18.888
Não circulante	37.927	42.597

- (a) Conforme o contrato de concessão da controlada Ecovias dos Imigrantes, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Em 30 de junho de 2014, restam 46 parcelas a vencer e os pagamentos corresponderam a 80,83% do total (78,33% em 31 de dezembro de 2013).

De acordo com o contrato de concessão da controlada Ecopistas, firmado em 18 de junho de 2009, o pagamento do ônus fixo foi subdividido em uma parcela à vista de 20% e o saldo restante em 18 parcelas fixas mensais, iguais e consecutivas, reajustáveis pela variação do IPCA-IBGE. Em 31 de dezembro de 2013, todas as parcelas haviam sido quitadas.

- (b) Nas controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas a parcela variável foi calculada e paga mensalmente com base em 3% da receita de arrecadação até 30 de junho de 2013. A partir desta data, conforme publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 27 de julho de 2013, a alíquota passou a ser de 1,5%. Na controlada Ecosul a parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 1% da receita de arrecadação.
- (c) Pagamento da verba anual de fiscalização em parcelas mensais durante o período do contrato, sendo R\$60 mensais do início até o 11º ano e R\$66 mensais do 12º ano até o final do contrato. Em 30 de junho de 2014 o valor atualizado mensal é de R\$213 (R\$213 em 31 de dezembro de 2013).
- (d) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária.
- (e) Verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais de R\$77, durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio. Em 30 de junho de 2014, a parcela reajustada é de R\$249 (R\$249 em 31 de dezembro de 2013).

As controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas mantêm em vigor coberturas de seguros contra riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades abrangidas pela concessão. Todas as apólices de seguro incluem o Poder Concedente e a Companhia como cossegurados e possuem como prazo mínimo de vigência o período de 12 meses. As coberturas de seguro deverão ser mantidas em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário. Além dos seguros exigíveis pela legislação aplicável, serão contratadas e mantidas em vigor, por todo o tempo da concessão, as coberturas de seguro dos tipos riscos operacionais, riscos de engenharia e responsabilidade civil de empresas concessionárias de rodovias.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
2015	7.271	14.194
2016	13.910	12.962
2017	12.703	11.838
2018	4.043	3.603
	<u>37.927</u>	<u>42.597</u>

Notas Explicativas

A movimentação das obrigações com o poder concedente está demonstrada a seguir:

	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
Saldo inicial	61.485	68.479
Custo (vide Nota Explicativa nº 27)	12.230	19.564
Variação monetária sobre obrigações com o poder concedente	3.859	3.636
Pagamento do principal	<u>(21.108)</u>	<u>(27.025)</u>
Saldo final	<u>56.466</u>	<u>64.654</u>

22. Provisão para manutenção - consolidado

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, a ser realizada durante o período das concessões, ajustados a valor presente a taxas de 9,62% ao ano, em média. Os valores são provisionados por trecho, e as intervenções ocorrem, em média, a cada quatro anos, estando demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2012</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>30/06/2013</u>
Constituição da provisão para manutenção	520.688	47.991	-	-	568.679
Efeito do valor presente sobre a constituição	(113.490)	(8.331)	-	-	(121.821)
Realização da manutenção	(285.854)	-	(45.839)	-	(331.693)
Ajuste a valor presente - realizações	57.318	-	-	8.089	65.407
	<u>178.662</u>	<u>39.660</u>	<u>(45.839)</u>	<u>8.089</u>	<u>180.572</u>
Circulante	63.531				66.213
Não circulante	115.131				114.359

	<u>31/12/2013</u>	<u>Adição</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>30/06/2014</u>
Constituição da provisão para manutenção	619.458	60.719	-	-	680.177
Efeito do valor presente sobre a constituição	(129.991)	(9.951)	-	-	(139.942)
Realização da manutenção	(385.722)	-	(29.088)	-	(414.810)
Ajuste a valor presente - realizações	74.303	-	-	8.685	82.988
	<u>178.048</u>	<u>50.768</u>	<u>(29.088)</u>	<u>8.685</u>	<u>208.413</u>
Circulante	49.932				39.692
Não circulante	128.116				168.721

23. Provisão para construção de obras futuras - consolidado

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível.

Esta provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

Notas Explicativas

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2012	Pagamento	Efeito financeiro	30/06/2013
Constituição da provisão para obras futuras	21.079	-	-	21.079
Efeito do valor presente sobre a constituição	(10.011)	-	-	(10.011)
Realização da construção	(7.326)	-	-	(7.326)
Ajuste a valor presente - realizações	8.439	-	139	8.578
	12.181	-	139	12.320
Circulante	2.141	-	-	2.195
Não circulante	10.040	-	-	10.125

	31/12/2013	Pagamento	Efeito financeiro	30/06/2014
Constituição da provisão para obras futuras	21.079	-	-	21.079
(0 Efeito do valor presente sobre a constituição	(10.011)	-	-	(10.011)
Realização da construção	(7.890)	-	-	(7.890)
Ajuste a valor presente - realizações	8.609	-	42	8.651
	11.787	-	42	11.829
Circulante	9.519	-	-	9.519
Não circulante	2.268	-	-	2.310

24. Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis - consolidado

Os diversos processos em andamento são de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia e de suas controladas. A provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis foi constituída para os processos cujas possibilidades de perda foram avaliadas como prováveis com base na opinião dos advogados e consultores legais da Companhia.

A movimentação e o saldo do semestre findo em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 são como segue:

	Consolidado			
	Cíveis (a)	Trabalhistas (c)	Tributárias (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2013	17.727	17.959	2.678	38.364
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	690	853	308	1.851
(-) Pagamentos	(1.209)	(2.448)	-	(3.657)
(+) Atualização monetária	719	549	105	1.373
(+/-) Reclassificações	(103)	56	47	-
Saldos em 30 de junho de 2013	17.824	16.969	3.138	37.931

	Consolidado			
	Cíveis (a)	Trabalhistas (c)	Tributárias (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2014	51.348	10.567	3.291	65.206
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	7.798	1.050	103	8.951
(-) Pagamentos	(1.557)	(719)	(325)	(2.601)
(+) Atualização monetária	803	808	33	1.644
Saldos em 30 de junho de 2014	58.392	11.706	3.102	73.200

Notas Explicativas

(a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias.

- A principal causa provável é da controlada direta Ecovias, que possui uma ação civil pública pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a Companhia, por entender que a concessionária não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativa à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Os pedidos pleiteados pelo Ministério Público em sede de tutela antecipada foram rejeitados e foi negado provimento ao agravo de instrumento interposto para reverter essa decisão. A pedido da Companhia foi realizada audiência de conciliação em abril de 2013 para tentativa de acordo judicial, a qual restou infrutífera. Atualmente, a ação civil pública está aguardando o início da perícia (não há qualquer decisão judicial). Em razão da possibilidade de composição judicial e da probabilidade de perda avaliada como provável, foi provisionado o valor de R\$30.920 em 30 de setembro de 2013 (R\$33.923 atualizado em 30 de junho de 2014), sendo a contrapartida registrada ao intangível, na rubrica de “contratos de concessão”. A premissa de registro na rubrica de “Contrato de concessão” foi tomada pela Administração da Companhia, considerando que esse valor será objeto de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão junto ao Poder Concedente.

A Companhia e suas controladas possuem outros processos de natureza cível que totalizam, em 30 de junho de 2014, o montante de R\$23.032 (R\$22.004 em 31 de dezembro de 2013), avaliadas como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

(b) Processos tributários

O valor provisionado corresponde, principalmente, a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos sobre receitas acessórias. Em 30 de junho de 2014, também existem outros processos de natureza tributária que totalizam R\$20.344 (R\$14.654 em 31 de dezembro de 2013), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão. O principal processo tributário classificado como possível é conforme segue:

- Processos administrativos fiscais decorrentes de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em Pelotas - RS, pelo não recolhimento de valores de IRPJ e CSLL relativos ao pagamento de participação nos lucros e resultados a diretores da controlada indireta Ecosul e ao questionamento quanto à taxa de depreciação de benfeitorias realizadas em imóveis objeto da concessão, cuja perda foi avaliada como possível pelos consultores legais. O valor estimado em 30 de junho de 2014 é de R\$5.626 (R\$5.359 em 31 de dezembro de 2013).

(c) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 30 de junho de 2014, também existem outros processos de mesma natureza que totalizam R\$34.018 (R\$22.305 em 31 de dezembro de 2013), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

Notas Explicativas

- A principal causa provável, ou seja, com constituição de provisão, é da controlada Ecocataratas, que possui uma ação de responsabilidade solidária referente à reclamação trabalhista de ex-colaborador da empresa Qualix Serviços Ambientais S.A., pertencente ao Grupo Sideco (ex-acionista da Companhia). Em 1º de agosto de 2011, a Ecocataratas ofereceu carta de fiança pela qual o Banco Bradesco S.A. afiançou o valor da execução de R\$6.439. A ação foi julgada procedente em primeira instância contra as reclamadas, tendo em 30 de novembro de 2012 sido constituída provisão de R\$7.127. Em 30 de outubro de 2013, o banco Bradesco executou a carta fiança em favor do reclamante, restando um saldo a pagar para esta ação, atualizado até 30 de junho de 2014 de R\$1.636. Por força do contrato de compra e venda celebrado entre a Sideco S.A. e a controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, há o dever de indenização por parte dos ex-acionistas em caso de materialização da perda. Tal dever é objeto de procedimento arbitral instaurado pela EcoRodovias Infraestrutura perante a Câmara de Comércio Brasil Canadá, ainda sem julgamento de mérito, razão pela qual prevê-se um futuro possível ressarcimento dos valores desembolsados pela controladora direta Ecocataratas, em ação de execução de sentença arbitral.

25. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o capital social é de R\$696.715 e está representado por 696.715 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Capital autorizado

Conforme Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até R\$1.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, sem direito de preferência para os antigos acionistas, desde que destinados os valores mobiliários: (i) à venda em bolsa de valores ou subscrição pública; (ii) à permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle; ou (iii) nos termos de lei especial de incentivos fiscais. É vedada à Companhia a emissão de partes beneficiárias.

c) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social.

d) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O montante de dividendos pagos em 2014 no valor de R\$186.907 refere-se a: R\$26.609 saldo de dividendos remanescentes de 2013, aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril de 2014; R\$160.298 dividendos intermediários do exercício de 2014, calculados conforme segue:

Notas Explicativas

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	190.422	442.604
Constituição de reserva legal	-	(22.130)
Base de cálculo dos dividendos	190.422	420.474
Dividendos intermediários pagos	(160.298)	(371.985)
Juros s/capital próprio pagos	-	(21.880)
Saldo de dividendos	30.124	26.609
Dividendos pagos (a pagar) no exercício seguinte	-	(26.609)

e) Participações de acionistas não controladores

	30/06/2014	31/12/2013
Saldo inicial	3.311	3.205
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(1.194)	(6.363)
Participação nos lucros do período	3.287	6.469
Saldo final	5.404	3.311

f) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., datada de 31 de agosto de 2010, foi aprovado Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações aos diretores e empregados do Grupo EcoRodovias. O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura é o responsável por definir e administrar o referido plano.

O plano de opção com base em ações tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da EcoRodovias Infraestrutura de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos. São elegíveis para participar os diretores estatutários da EcoRodovias Infraestrutura e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da EcoRodovias Infraestrutura.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social efetivamente emitidas pela EcoRodovias Infraestrutura, ações estas que deverão ser apenas ações em tesouraria.

O Conselho de Administração fixará os termos e as condições de cada opção em contrato de outorga de opção de compra de ações ("contrato"), a ser celebrado entre a EcoRodovias Infraestrutura e cada beneficiário.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da EcoRodovias Infraestrutura, atualizado monetariamente pelo IPCA ou outro índice de base de apuração equivalente que seja escolhido pela Assembleia Geral da EcoRodovias Infraestrutura.

O Conselho de Administração disponibilizou 1.249.521 ações ordinárias para esse plano, como segue:

Data	1ª outorga 31/08/2010	2ª outorga 22/03/2011	3ª outorga 23/03/2012	4ª outorga 25/04/2013	5ª outorga 28/04/2014
Quantidade de opções de ações	-	-	26.454	342.076	880.991
Preço do período - R\$ por ação	R\$9,95	R\$13,06	R\$13,58	R\$17,51	R\$12,18
Índice de reajuste	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA

Notas Explicativas

A Companhia reconhece no resultado, durante o período de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. Em 30 de junho de 2014, foi registrado na rubrica “Prêmio de opções” de R\$672 (R\$162 em 30 de junho de 2013).

A EcoRodovias Infraestrutura efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão que serão mantidas em tesouraria até o efetivo período das ações por parte dos beneficiários. As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

	3ª outorga	4ª outorga	5ª outorga	Total
Em 31 de dezembro de 2011	-	-	-	-
Outorgadas	26.454	-	-	26.454
Em 31 de dezembro de 2012	26.454	-	-	26.454
Outorgadas	-	342.076	-	342.076
Em 31 de dezembro de 2013	26.454	342.076	-	368.530
Outorgadas	-	-	-	-
Em 31 de março de 2014	26.454	342.076	-	368.530
Outorgadas	-	-	880.991	880.991
Em 30 de junho de 2014	26.454	342.076	880.991	1.249.521

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando-se o modelo de precificação de opções Black-Scholes. A aquisição do direito ao período da opção ocorrerá na forma e nos prazos apresentados a seguir:

Ano	Preço médio do período por ação em R\$	Quantidade de ações	Valor justo médio da opção em R\$	Total	Prazo para exercer
2015	15,61	312.379	2,19	683	11 meses
2016	15,61	312.381	2,67	835	23 meses
2017	15,62	305.766	3,16	966	35 meses
2018	12,37	220.250	2,10	463	47 meses
		1.150.776	2,53	2.947	

As condições para as opções estão demonstradas a seguir:

O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura aprovou três programas de Recompra de ações que ocorrerão sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da Companhia, observados: (1) as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis, em especial o artigo 30, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1980 (alterada pela Instrução CVM nº 10); (2) o artigo 14, inciso XIV, do Estatuto Social da Companhia; e (3) nos termos e as condições a seguir:

	1º programa	2º programa	3º programa	4º programa
Data	31/08/2010	30/05/2012	05/06/2013	06/06/2014
Prazo	365 dias	365 dias	365 dias	365 dias
Quantidade de ações ordinárias em circulação no mercado	144.003.000	143.737.879	200.669.081	199.611.859
Quantidade máxima de ações ordinárias a serem adquiridas	4.000.000	1.500.000	1.700.000	2.400.000

A EcoRodovias Infraestrutura mantém em tesouraria 1.582.992 ações ordinárias calculadas com base na cotação média do último dia de pregão em 31 de março de 2014, de R\$15,14. O valor total dessas ações, cujo cálculo tem como base a cotação média do pregão de 30 de junho de 2014, é de R\$23.966.

Notas Explicativas

26. Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Receita com arrecadação de pedágio:				
Pedágio em numerário	-	-	367.292	353.244
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	-	-	427.000	375.096
Vale-pedágio	-	-	78.300	81.853
Outras	-	-	384	2.322
	-	-	872.976	812.515
Receita de construção	-	-	269.160	188.284
Receitas acessórias (b) e de prestação de serviços (c)	98.064	63.038	42.600	28.412
	98.064	63.038	311.760	216.696
Receita bruta	98.064	63.038	1.184.736	1.029.211
Deduções de receita bruta (d)	(11.145)	(7.077)	(88.901)	(79.383)
Receita líquida	86.919	55.961	1.095.835	949.828

- (a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico.
- (b) Referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa e domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.
- (c) Refere-se à receita de prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas prestados pela Companhia.
- (d) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento. Segue quadro com receitas tributáveis para análise adequada das deduções da receita.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Base de cálculo de impostos				
Receita com arrecadação de pedágio	-	-	872.976	812.515
Receitas acessórias (b) e de prestação de serviços (c)	98.064	63.038	42.600	28.412
	98.064	63.038	915.576	840.927
Deduções				
Cofins (3%/ 7,60%)	(7.663)	(4.792)	(34.722)	(29.980)
PIS (0,65%/ 1,65%)	(1.664)	(1.040)	(7.526)	(6.498)
ISS (2% a 5%)	(1.818)	(1.245)	(46.647)	(42.844)
Devoluções e abatimentos	-	-	(6)	(61)
	(11.145)	(7.077)	(88.901)	(79.383)

Notas Explicativas

27. Custos e despesas operacionais - por natureza

Controladora	30/06/2014	30/06/2013
Pessoal	37.804	23.821
Conservação e manutenção	1.517	313
Serviços de terceiros	4.951	4.952
Locação e aluguéis de imóveis, veículos e máquinas	1.270	1.131
Depreciações e amortizações	4.813	3.923
Outros custos operacionais	3.817	2.240
	54.172	36.380
Classificados como:		
Custos dos serviços prestados	54.172	36.380
Consolidado	30/06/2014	30/06/2013
Pessoal	88.420	70.053
Conservação e manutenção	32.718	33.489
Serviços de terceiros (*)	37.007	30.179
Seguro (vide Nota Explicativa nº 32)	5.043	5.119
Provisão para manutenção	50.768	39.660
Custos de construção	269.160	188.284
Poder concedente	12.230	19.564
Depreciações e amortizações	113.204	83.257
Locações de imóveis e máquinas	6.182	5.348
Outros custos e despesas operacionais	21.393	21.131
	636.125	496.084
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	596.228	460.638
Despesas operacionais gerais e administrativas	39.897	35.446
	636.125	496.084

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

Notas Explicativas

28. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	16.251	3.330	38.841	15.494
Variação monetária sobre debêntures	-	-	407	-
Juros ativos	-	-	-	5.540
Juros sobre mútuo	4.854	4.155	-	-
Outras receitas financeiras	585	392	1.418	889
	21.690	7.877	40.666	21.923
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	(29.035)	(24.434)	(70.750)	(58.498)
Juros sobre financiamentos e arrendamento mercantil	-	-	(20.987)	(14.837)
Variação monetária sobre debêntures	(25.351)	(19.985)	(84.652)	(46.996)
Variação monetária e ajuste a valor presente sobre direito de outorga	-	-	(3.859)	(3.636)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(1.651)	(2.752)	(4.502)	(7.110)
Ajuste a valor presente - provisão para manutenção - interpretação técnica ICPC 01	-	-	(8.727)	(8.299)
Outras despesas financeiras	(1.664)	(2.173)	(7.620)	(5.246)
	(57.701)	(49.344)	(201.097)	(144.622)
Resultado financeiro	(36.011)	(41.467)	(160.431)	(122.699)

29. Lucro por ação - controladora e consolidado

Lucro básico e diluído por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usados no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	30/06/2014	30/06/2013
Lucro do trimestre atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico e diluído por ação	190.422	214.504
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico e diluído por ação	696.715	696.715
Lucro básico por ação das operações continuadas	0,27	0,31

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, divulgada na Nota Explicativa 25.f, pois o plano de opção é da controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas Explicativas

30. Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

A Companhia e suas controladas têm como política a Administração de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) aos seus funcionários, vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho e com o sindicato da categoria. No semestre findo em 30 de junho de 2014, a PLR foi de R\$3.449 (R\$1.478 em 30 de junho de 2013), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

31. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros - consolidado (IFRS e BR GAAP)

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil financeiro, debêntures e obrigações com o poder concedente, detalhados nas Notas Explicativas nºs 16, 17, 18 e 21, deduzidos de caixa e saldos de bancos) e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados e participações de acionistas não controladores, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 25.e).

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Em 30 de junho de 2014, a Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos.

a) Risco de mercado

i) *Exposição a riscos cambiais*

A Companhia e suas controladas não apresentavam saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

ii) *Exposição a riscos de taxas de juros*

A Companhia, por meio de suas controladas, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA, do IGP-M e do CDI, relativos a empréstimos, financiamentos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

Notas Explicativas

Considerações gerais

- A Administração da Companhia e de suas controladas elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários: são formados por CDB, remunerados à taxa média ponderada de 100,7% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ao ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil financeiro e obrigações com o poder concedente: são classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado nas Notas Explicativas nºs 16, 17, 18 e 21.

Índice de endividamento

Os índices de endividamento são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Dívida (a)	878.006	834.564	2.829.012	2.784.157
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	(296.676)	(320.520)	(717.379)	(789.829)
Dívida Líquida	581.330	514.044	2.111.633	1.994.328
Patrimônio líquido (b)	807.667	803.480	813.071	806.791
Índice de endividamento líquido	0,72	0,64	2,60	2,47

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil financeiro, debêntures e obrigações com o poder concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 16, 17, 18 e 21.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 30 de junho de 2014 são como segue:

	Classificação	Saldo contábil	Mercado
Ativos:			
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	15.877	15.877
Clientes (i)	Empréstimos e recebíveis	96.391	96.391
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (ii)	Empréstimos e recebíveis	701.502	701.502
Passivos:			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	39.995	39.995
Empréstimos e financiamentos (iii)	Outros passivos financeiros	466.681	466.681
Debêntures (iii)	Outros passivos financeiros	2.305.865	2.305.865
Obrigações com o poder concedente (iv)	Outros passivos financeiros	56.466	63.653

(i) O saldo das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possui prazos de vencimento, substancialmente, em até 45 dias, portanto, aproxima-se do valor justo esperado pela Companhia.

Notas Explicativas

- (ii) Os saldos de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários se aproximam do valor justo nas datas dos balanços.
- (iii) Calculado por meio do fluxo de caixa descontado, de acordo com as taxas indicativas BM&FBOVESPA do dia 30 de junho de 2014, com base nas parcelas a vencer.
- (iv) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica "Obrigações com o Poder Concedente".

As referidas taxas e PUs utilizadas para as projeções de mercados foram extraídas das seguintes fontes externas independentes: www.cetip.com.br, www.bcb.gov.br, www.ibge.gov.br, www.fgv.br, www.fiduciario.com.br, www.oliveiratrust.com.br e www.pentagonotruster.com.br.

b) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes que são remunerados por taxas de juros variáveis e que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia por meio da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

A exposição do Grupo às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item gerenciamento de risco de liquidez dessa nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas vêm aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

c) Risco de crédito

Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 30 de junho de 2014, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$74.182 (R\$85.228 em 31 de dezembro de 2013), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora direta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Notas Explicativas

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
BNDES	TJLP + 2,45% a.a.	38.840	38.878	38.639	156.723
BNDES	IPCA + 2,45% a.a.	-	-	4.212	12.954
Obrigações com o Poder Concedente	IGP-M	15.805	16.793	17.842	202.137
Debêntures	CDI + 0,79% a.a.	27.248	27.136	102.736	177.990
Debêntures	IGP-M + 9,50% a.a.	56.638	-	-	-
Debêntures	IPCA + 8,25% a.a.	53.581	61.225	69.254	689.890
Debêntures	IPCA + 5,00% a.a.	9.085	9.613	10.282	269.555
Debêntures	IPCA + 5,35% a.a.	24.301	25.715	27.504	872.917
Debêntures	IPCA + 3,80% a.a.	8.545	9.065	9.696	325.937
Debêntures	IPCA + 4,28% a.a.	32.771	34.767	37.185	1.550.801
Capital de giro	108,4% do CDI	142.630	-	-	-
Capital de giro	108,0% do CDI	77.998	-	-	-
Capital de giro	CDI	7.073	-	-	-
Finame	2,5% a.a.	52	51	50	249
Finame	3,0% a.a.	60	58	56	59
Finame	TJLP + 2,99% a.a.	476	445	365	-
BNDES	TJLP + 2,10% a.a.	8.156	7.710	7.254	7.343
BNDES	TJLP + 3,16% a.a.	10.561	130.844	-	-
BNDES	Cesta de moedas + 3,16% a.a.	2.521	43.373	-	-

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo-se que o valor do passivo em aberto no fim do período esteve em aberto durante todo o período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP e do IGP-M, principais indicadores das debêntures contratadas pela Companhia e por suas controladas:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros de aplicações financeiras (e)	Baixa do CDI	57.337	43.003	28.669
Juros sobre a 2ª e 3ª séries das debêntures -Ecovias (b)	Alta do IGP-M	(25.138)	(25.692)	(26.243)
Juros sobre a 1ª série das debêntures - EcoRodovias (a)	Alta do CDI	(27.613)	(32.592)	(37.503)
Juros sobre a 2ª e 3ª séries das debêntures - EcoRodovias (c)	Alta do IPCA	(33.384)	(33.638)	(33.890)
Juros sobre a 1ª e 2ª séries das debêntures - Ecovias 2ª emissão (c)	Alta do IPCA	(41.309)	(42.099)	(42.893)
Juros sobre a 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries das debêntures - Ecopistas (c)	Alta do IPCA	(40.110)	(40.691)	(41.271)
Empréstimos e financiamentos (d)	Alta da TJLP	(26.784)	(30.927)	(35.032)
Empréstimos e financiamentos (a)	Alta do CDI	(23.217)	(25.512)	(27.775)
Empréstimos e financiamentos (e)	Alta da Cesta de Moedas	(2.521)	(3.548)	(4.733)
Juros sobre obrigações com o poder concedente (b)	Alta do IGP-M	(77)	(97)	(116)
Juros a incorrer, líquidos		<u>(162.816)</u>	<u>(191.793)</u>	<u>(220.787)</u>

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

Notas Explicativas

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia e suas controladas estão apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

As taxas consideradas foram as seguintes:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	11,00%	13,75%	16,50%
IGP-M (b)	6,25%	7,81%	9,38%
IPCA (c)	6,51%	8,14%	9,77%
TJLP (d)	5,00%	6,25%	7,50%
Cesta de moedas (e)	3,77%	4,71%	5,66%

- (a) Refere-se à taxa do CDI projetada para 12 meses.
 (b) Refere-se à taxa do IGP-M projetada para 12 meses.
 (c) Refere-se à taxa do IPCA projetada para 12 meses.
 (d) Refere-se à taxa da TJLP projetada para 12 meses.
 (e) Refere-se à taxa da Cesta de Moedas projetada para 12 meses.

As referidas taxas utilizadas para as projeções de mercados foram extraídas das seguintes fontes externas independentes: Tendências Consultoria, www.cetip.com.br, www.bcb.gov.br, www.ibge.gov.br e www.fgv.br.

32. Seguros contratados - consolidado (IFRS e BR GAAP)

A Companhia e suas controladas têm cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Modalidade	Cobertura
Seguro-garantia	R\$553 milhões
Equipamentos	R\$192 milhões
"All Risk" - responsabilidade civil	R\$1.900 milhões
"All Risk" - danos materiais	R\$8.633 milhões
Seguro - sede	R\$3,5 milhões
"All Risk" - perda de receita	R\$1.690 milhões
"All Risk" - obras de manutenção e conservação	R\$225 milhões
Veículos	Tabela FIPE
"All Risk" - engenharia	R\$25 milhões

Notas Explicativas

33. Contratos de concessão - consolidado (IFRS e BR GAAP)

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão, do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, totalizando 136,7 km, constituídos por: (a) Rodovia BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; (b) Rodovia PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32 km; e (c) Rodovia PR-407, trecho desde a BR-277 até a Praia de Leste, em uma extensão de 19 km. O objeto da concessão consiste na recuperação, no melhoramento, na manutenção, na operação e na exploração das rodovias, pelo período de 24 anos, sendo a vigência da concessão até novembro de 2021, mediante a cobrança de tarifas de pedágio e de fontes alternativas de receita que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e lazer, incluindo as decorrentes de publicidade e multas por excesso de peso.

A controlada assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- (i) Pagamento da verba anual de fiscalização em parcelas mensais durante o período do contrato, sendo R\$60 mensais do início até o 11º ano e R\$66 mensais do 12º ano até o fim do contrato.
- (ii) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia Rodoviária e será paga pelo valor de R\$10 mensais até o 11º ano e de R\$11 mensais do 12º ano ao fim do contrato.
- (iii) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme a seguir (exceto operação):
 - 2,6 km da Rodovia PR-804, trecho entre a BR-277 e a PR-408.
 - 13,2 km da Rodovia PR-408, trecho entre Morretes e a BR-277.
 - 9,6 km da Rodovia PR-408, trecho entre a PR-340 e Morretes.
 - 13 km da Rodovia PR-411, trecho entre a PR-410 (São João da Graciosa) e Morretes.

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

O contrato de concessão da Ecovia Caminho do Mar foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que a Companhia tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
Receita de construção	19.260	18.755
Custos de construção	(19.260)	(18.755)
	<u>-</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

O Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6).

A concessão, pelo prazo de 20 anos e mediante a cobrança de pedágio, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construção de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágio.

Em 21 de dezembro de 2006, por meio do TAM nº 10, a controlada obteve a prorrogação do prazo de concessão por mais 70 meses, em virtude do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

Em 13 de novembro de 2012, através do Termo Aditivo nº 16/12, a Companhia obteve a prorrogação do prazo de concessão por mais 18 meses e 11 dias, em virtude do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, em decorrência da inclusão de novas obras e serviços no valor de R\$328.719, que incluem a remodelação do trevo localizado no km 55 da Rodovia Anchieta, com implantação de um anel viário interligando as rodovias Anchieta, Cônego Domênico Rangoni, Imigrantes e Padre Manoel da Nóbrega, e a construção de uma terceira faixa em ambos os sentidos na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, entre o km 270 e o km 262, na região do Pólo Industrial de Cubatão. O contrato de concessão possui vigência até setembro de 2025.

A controlada assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

a) *Ampliação principal*

- Duplicação da Rodovia dos Imigrantes, entre o km 41,0 e o km 58,0 (pista descendente), com término inicialmente previsto para o primeiro semestre de 2003. Esse compromisso foi cumprido antecipadamente em 17 de dezembro de 2002, com a entrega da obra.

b) *Pagamento de*

- Direito de outorga, em parcelas mensais de valores definidos durante o período de concessão, no total de R\$87.000 (R\$44.857 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IGP-M, conforme descrito na Nota Explicativa nº 21.
- 3% da arrecadação sobre as receitas derivadas da exploração do sistema rodoviário até 30 de junho de 2013. A partir dessa data, conforme publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 27 de julho de 2013, a alíquota passou a ser 1,5%.

Notas Explicativas

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

O contrato de concessão da Ecovias dos Imigrantes foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
Receita de construção	178.514	66.639
Custos de construção	(178.514)	(66.639)
	<u>-</u>	<u>-</u>

Em decorrência da Deliberação do Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo ("ARTESP" ou "Poder Concedente"), de 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Companhia concordou com o TAM em 15 de dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do IGP-M para o IPCA, a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias, sendo mantidos a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice do reajuste implicará a revisão contratual em base anual perante o Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice, que poderá determinar o reequilíbrio em favor da Companhia ou do Poder Concedente, através de alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. As cláusulas do TAM entrarão em vigor a partir da autorização do Secretário Estadual de Logística e Transportes, que condicionou a sua aplicação a partir de 1º de julho de 2013.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009, sendo a vigência do contrato até junho de 2039, e tem como objeto social, pelo regime de concessão, a exploração, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna-Carvalho Pinto, respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos, compreendendo:

- a) SP-070 - Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto: início do trecho entre o km 11 e o km 190, no fim da Marginal Tietê, São Paulo - SP; e fim do trecho entre o km 130 e o km 400, no entroncamento com a BR-116, entre o km 117 e o km 400, Taubaté - SP.
- b) SP-019: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-070, entre o km 19 e o km 300, Guarulhos - SP; e fim do trecho entre o km 2 e o km 400, início do Sítio do Aeroporto de Cumbica, Guarulhos - SP.
- c) SPI-179/060 - interligação Ayrton Senna x Rodovia Presidente Dutra: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a BR-116, entre o km 179 e o km 000, Guararema - SP; e fim do trecho entre o km 5 e o km 400, no entroncamento com a SP-070, entre o km 60 e o km 300, Guararema - SP.

Notas Explicativas

- d) SPI-035/056 - interligação Itaquaquetuba: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-056, entre o km 35 e o km 000, Itaquaquetuba - SP; e fim do trecho entre o km 0 e o km 880, no entroncamento com a SP-070, entre o km 35 e o km 700, Itaquaquetuba - SP.
- e) SP-099 - Rodovia dos Tamoios: início do trecho entre o km 4 e o km 500, São José dos Campos - SP; e fim do trecho entre o km 11 e o km 500, São José dos Campos - SP.
- f) SP-070 - trecho rodoviário a ser construído, de 6,8 km: prolongamento até a SP-125, Taubaté - SP.
- g) Segmentos transversais, trechos, obras de arte e instalações complementares do tipo urbano ou rodoviário da Rodovia SP-070 (Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto), outorgados à Dersa Desenvolvimento Rodoviários S.A. durante seu período de concessão, que totalizam aproximadamente 2 km e estão localizados no km 45 (intersecção com a SP-088) e no km 111 (intersecção com a SP-103).

A Ecopistas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- O pagamento de direito de outorga, no total de R\$595.157 (R\$570.422 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IPCA, dos quais R\$118.800 foram pagos em junho de 2009 e o saldo restante foi pago em 18 parcelas, sendo a última paga em 31 de dezembro de 2010.
- 3% da arrecadação sobre as receitas derivadas da exploração do sistema rodoviário até 30 de junho de 2013. A partir desta data conforme publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 27 de julho de 2013, a alíquota passou a ser 1,5%.

Sempre que houver direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, esta será implantada tomando como base os efeitos dos fatos que lhe deram causa, por meio de:

- a) Prorrogação do prazo de concessão.
- b) Revisão tarifária.
- c) Revisão do cronograma de investimentos.
- d) Utilização do ônus fixo.
- e) Emprego de verbas do tesouro.
- f) Utilização conjugada de uma ou mais modalidades.

Os bens integrantes da concessão são todos os equipamentos, máquinas, aparelhos, acessórios e, de modo geral, todos os demais bens vinculados à exploração e manutenção do sistema existente, transferidos à concessionária, bem como os bens adquiridos pela concessionária, ao longo de todo o prazo da concessão, utilizados na exploração do sistema rodoviário.

Extinta a concessão, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário, transferidos para a Companhia ou por ela implantados no âmbito da concessão.

Notas Explicativas

O contrato de concessão da Ecopistas foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das obrigações, mediante ação judicial movida especialmente para esse fim; porém, os serviços prestados pela Ecopistas não poderão ser interrompidos ou paralisados até a decisão judicial, decretando a rescisão do contrato.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
Receita de construção	55.433	66.221
Custos de construção	(55.433)	(66.221)
	<u>-</u>	<u>-</u>

Empresa Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL

A Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL foi constituída em 19 de janeiro de 1998, tendo a assinatura de seu contrato de concessão ocorrido em 15 de julho de 1998, o início de suas operações em 24 de julho de 1998 e o início da cobrança de pedágio em 4 de março de 2001. A Ecosul tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, das seguintes rodovias e trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas:

<u>Rodovia</u>	<u>Trecho</u>	<u>Extensão (km)</u>
BR-116	Pelotas/Camaquã	123,4
BR-116	Pelotas/Jaguarão	137,1
BR-392	Pelotas/Rio Grande	125,6
BR-392	Pelotas/Santana da Boa Vista	123,0

A concessão, pelo prazo de 25 anos (a partir do início da cobrança de pedágio) e mediante a cobrança de pedágio, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, conservações preventivas, implantação de sistemas de controles de tráfego e atendimento aos usuários. Ao término do período de concessão em março de 2026, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

Em 30 de dezembro de 2013, foram publicados no Diário Oficial da União, a Resolução nº 4.236/13 e Resolução nº 4.237/13 da Agência Nacional de Transporte Terrestres (ANTT) referentes a 10ª Revisão Ordinária, a 6ª Revisão Extraordinária e o Reajuste das Tarifas Básicas de pedágio do complexo rodoviário administrado pela Ecosul, sua controlada direta. Com essas resoluções, as tarifas de pedágio para veículos de passeio foram reduzidas em 22,2% e as tarifas de pedágio para veículos pesados serão reduzidas em 4,2%. Em complementação haverá: (i) devolução de trecho não pedagiados da BR-293, que liga Pelotas a Bagé, com 161,1 km e acesso aos Molhes da Barra na rodovia BR-392, com 5,4km, totalizando 166,5 km de rodovias simples; (ii) incorporação da pista duplicada da BR-392, trecho Pelotas a Rio Grande, com extensão de 51,8 km e; (iii) aumento gradativo do fator multiplicador de veículos pesados em relação aos veículos de passeio para 2 entre 2014 e 2016, em linha com os padrões dos demais programas de concessões rodoviárias federais. O Termo Aditivo ao Contrato relativo a esses itens está em fase de elaboração e é fruto de negociações entre a Ecosul, Ministério dos Transportes e Agência Nacional de Transporte Terrestres (ANTT), visando maximizar a eficiência das operações rodoviárias do Polo de Pelotas.

Notas Explicativas

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- a) Taxa de fiscalização: é calculada pela aplicação de 1% sobre a receita de arrecadação de pedágio, sendo provisionada mensalmente em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.
- b) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos cinco trechos rodoviários que compõem o polo, totalizando 509,1 km de extensão conforme as previsões dos cronogramas de custos operacionais e investimentos de seu programa de exploração.

O contrato de concessão da Ecosul foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
Receita de construção	15.697	13.990
Custos de construção	(15.697)	(13.990)
	<u>-</u>	<u>-</u>

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas foi constituída em 3 de novembro de 1997 e tem por objeto social a exploração do Lote 003 da Rodovia BR-277 (trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, na região central do Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no extremo oeste do mesmo Estado), conforme disposto em contrato de concessão assinado em 14 de novembro de 1997, resultante da Concorrência Pública Internacional nº 003/96 DER/PR, concedida pelo Estado do Paraná, mediante a cobrança de pedágio e a prestação de serviços inerentes, acessórios e complementares à concessão, incluindo, mas sem limitação a, obras e serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação, expansão da capacidade de operação e exploração da rodovia principal e recuperação, conservação e manutenção de trechos rodoviários de acesso do Lote 003, bem como desenvolvimento e aplicação de sistemas de sinalização, informação, comunicação, segurança, serviços de pesagem, atendimento mecânico, resgate e atendimento médico de primeiros socorros. Com relação a esse contrato de concessão, diversos aspectos estão sendo discutidos, inclusive judicialmente, desde o fim do ano 2002, pela Administração da Ecocataratas e pelo Governo do Estado do Paraná.

O prazo de duração da Ecocataratas é indeterminado, mas será estendido, no mínimo, pela vigência de 24 anos da concessão (o prazo final da concessão é 13 de novembro de 2021).

Em 7 de fevereiro de 2008, a Ecocataratas teve seu controle acionário adquirido pelo Grupo EcoRodovias, com transferência de 100% das ações representativas do capital social.

A Ecocataratas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- a) Pagamento de verba anual de fiscalização em parcelas mensais de R\$77 durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio. Em 31 de março de 2014, a parcela reajustada é de R\$249.

Notas Explicativas

b) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso conforme segue (exceto operação):

- 7,64 km da Rodovia PR-474, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Campo Bonito - PR.
- 37,03 km da Rodovia PR-180, trecho de acesso entre a BR-277 e o distrito de Juvínópolis, município de Cascavel - PR.
- 13,58 km da Rodovia PR-590, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Ramilândia - PR.
- 13,59 km da Rodovia PR-874, trecho de acesso ao terminal turístico do município de Santa Terezinha de Itaipu - PR.

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

Os bens que integram a concessão são as rodovias e os trechos rodoviários de acesso que compõem o sistema, compreendendo todas as edificações e demais bens móveis e imóveis que poderão ser cedidos pelo Departamento de Estradas de Rodagem - DER à Ecocataratas, de forma provisória, para que não ocorram interrupções nos serviços.

O contrato de concessão da Ecocataratas foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
Receita de construção	256	22.379
Custos de construção	(256)	(22.379)
	<u>-</u>	<u>-</u>

Compromissos relativos às concessões

As concessionárias estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de dezembro de 2013, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos Contratos de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados:

	<u>30/06/2014</u>					<u>Total</u>
	<u>Ecovia</u> <u>Previsão de</u> <u>2014 a 2021</u>	<u>Ecosul</u> <u>Previsão de</u> <u>2014 a 2026</u>	<u>Ecovias</u> <u>Previsão de</u> <u>2014 a 2018</u>	<u>Ecocataratas</u> <u>Previsão de</u> <u>2014 a 2021</u>	<u>Ecopistas</u> <u>Previsão de</u> <u>2014 a 2039</u>	
<u>Natureza dos custos</u>						
Melhorias na infraestrutura	137.368	138.805	316.502	805	259.707	853.187
Conservação especial (manutenção)	60.832	32.725	304.732	305.955	411.227	1.115.471
Equipamentos	10.380	11.690	52.548	60.961	192.493	328.072
Total	208.580	183.220	673.782	367.721	863.427	2.296.730

Notas Explicativas

	31/12/2013					Total
	Ecovia Previsão de 2014 a 2021	Ecosul Previsão de 2014 a 2026	Ecovias Previsão de 2014 a 2018	Ecocataratas Previsão de 2014 a 2021	Ecopistas Previsão de 2014 a 2039	
<u>Natureza dos custos</u>						
Melhorias na infraestrutura Conservação especial (manutenção)	151.439	145.878	471.324	798	293.288	1.062.727
Equipamentos	60.751	31.543	310.235	313.070	409.120	1.124.719
Total	10.218	11.461	54.323	60.379	187.355	323.736
	222.408	188.882	835.882	374.247	889.763	2.511.182

34. Plano de previdência privada - consolidado (IFRS E BR GAAP)

Em junho de 2006, foi implantado o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são perfeitamente previsíveis e passíveis de controle e Administração, para o qual a Companhia e suas controladas e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores, para os salários superiores a R\$3,2, até o limite de 10% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. No semestre findo em 30 de junho de 2014, a Companhia e suas controladas contribuíram com o montante de R\$975 (R\$726 em 30 de junho de 2013), registrado na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

35. Informações sobre o contrato de concessão das controladas Ecovia Caminho do Mar e Ecocataratas

Informações adicionais sobre o contrato de concessão

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S/A e a Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas fazem parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras quatro concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

A anterior Administração do Governo do Estado do Paraná buscou reduzir ou suprimir o programa de concessões rodoviárias no Estado, por meio de ações administrativas e judiciais. O litígio estende-se pelas seguintes principais frentes: encampação das concessões, desapropriação das ações de controle, tentativa de caducidade dos contratos, negativa de reajuste de tarifa nos anos de 2003 a 2010, tentativa de nulidade de aditivos contratuais e consideração de dados contábeis em detrimento de dados contratuais regulares. Em todas as frentes de litígio restam, por ora, vitoriosas as concessionárias do Estado do Paraná.

Os reajustes tarifários contratuais dos anos 2003 a 2010, sistematicamente negados pelo Estado do Paraná, foram implementados judicialmente e estão vigentes.

As Companhias buscam, por meio de ações judiciais, ter reconhecidos em seu favor eventos que desequilibraram os respectivos contratos de concessão. Caso reconhecidos, tais eventos conduzirão ao direito de restabelecimento da dimensão original das equações econômico-financeiras dos contratos.

Diante da atual Administração estadual, as concessionárias estão em processo de revisão contratual desde agosto de 2011. Para possibilitar as tratativas foram formulados pleitos conjuntos de suspensão das ações judiciais que discutem o contrato, em sua maioria deferidos.

Notas Explicativas

Os reajustes tarifários de 2011 a 2013 foram aplicados administrativamente, sem necessidade de ações judiciais, assim como o degrau tarifário previsto para o dezembro de 2013 nas praças de pedágio da Ecocataratas.

Em março de 2012 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado de solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que promova o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa. Foi apresentado pedido de reexame em 23/04/2012 pelas concessionárias em razão da não participação processual. Aguarda-se julgamento.

Também em março de 2012 foi emitido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná relatório preliminar de auditoria no contrato de concessão da Ecocataratas. Referido relatório concluiu preliminarmente que o contrato pode encontrar-se desequilibrado em desfavor do usuário. Foi apresentada defesa e impugnados os critérios considerados para reequilíbrio e as conclusões preliminares do relatório. Não há julgamento final ainda.

Em 09/07/2013, mediante ato do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, foi constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. As concessionárias de rodovia do Estado colaboraram ativamente com os trabalhos, através da entrega de documentos, apresentação de explicações e depoimento de seus Presidentes. A CPI teve encerramento oficial em 04/03/2014 e aguarda-se a entrega do relatório final.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, do acórdão e relatório dos Tribunais de Contas da União e do Estado do Paraná, respectivamente, assim como quanto à publicação de relatório final da CPI do Pedágio, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações e de suas controladas não é provável.

No momento, não é possível prever o prazo para o encerramento das ações em andamento, não sendo esperadas, no entanto, decisões finais nos próximos 12 meses. As eventuais decisões dos Tribunais de Contas, assim como da CPI do Pedágio, ainda podem ser objeto de análise perante o Poder Judiciário.

36. Informações por segmento

A operação da Companhia e de suas controladas consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões são tomadas.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia e de suas controladas.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos

Administradores e Acionistas da

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

São Bernardo do Campo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findo naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 7 de agosto de 2014.

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Luiz C. Passetti Ezequiel Litvac

Contador CRC-1SP144343/O-3 Contador CRC-1SP-249186/O-5

